

Solange S. Rodrigues
(Organizadora)

CEBs e Mundo Urbano

Perspectivas no pontificado de Francisco

Rio de Janeiro
GraVida
2016

CEBs e Mundo Urbano
Perspectivas no pontificado de Francisco

Organização

Solange S. Rodrigues

Diagramação

Henrique Fornazin

Gráfica

GraVida

(21) 99358-6402

Rua Cacilda – 1535 (Coelho da Rocha)

São João de Meriti - Rio de Janeiro

Ano de Publicação

2016

Impressão

1.000 unidades

Foto Capa

Vista da Favela Santa Marta

Henrique Fornazin

Iser Assessoria

Rua México, 31 - sala 501

Cinelândia, Rio de Janeiro, RJ

20031-144

Tel.: 21.2262-8162

Email: iserassessoria@iserassessoria.org.br

Sumário

Introdução	05
A Questão Urbana no Brasil Contemporâneo	13
<i>Raquel Rolnik</i>	
Construindo o Bem-Viver na Periferia de Fortaleza	23
<i>Ana Maria de Freitas</i>	
Gritos do Mundo Urbano: Desafio para as CEBs	29
<i>Neuza Mafra</i>	
CEBs em saída!	33
<i>Pe. Medoro de Oliveira Souza Neto</i>	
Panorama Eclesial com o Papa Francisco	39
<i>Francisco de Aquino Júnior</i>	
A Igreja e as CEBs no Pontificado de Francisco	57
<i>Sérgio Ricardo Coutinho</i>	
CEB hoje: movimento ou base da Igreja católica?	65
<i>Pedro A. Ribeiro de Oliveira</i>	
Perspectivas para as CEBs no atual cenário socioeclesial	69
<i>Solange S. Rodrigues</i>	
Convergência de três olhares – Síntese do Seminário	77
<i>Frei Flávio Guerra, Monica Muggler e Roberto Rossi</i>	

Entidades responsáveis

Iser Assessoria

O Iser Assessoria é uma associação sem fins lucrativos, uma organização não governamental, cuja missão é fortalecer a democracia participativa nos campos político e eclesial, com vistas à superação das desigualdades sociais, à ampliação da esfera dos direitos e à afirmação da cidadania. Queremos reforçar os processos de construção da cidadania, incentivando a participação de setores da sociedade civil – especialmente dos setores populares - na formulação e no controle das políticas públicas. Suas formas específicas de contribuição são a formação, a pesquisa, a produção e a difusão de conhecimentos no campo das Ciências Sociais e da Teologia. Assumimos como tarefa um melhor conhecimento e compreensão do campo religioso brasileiro e busca o aprofundamento do ecumenismo e do diálogo inter-religioso. Seu compromisso fundamental é com a criação de uma sociedade livre, justa, solidária e democrática.

Desde sua criação o Iser Assessoria acompanha e apóia as Comunidades Eclesiais de Base, assessorando seus encontros, produzindo subsídios para suas lideranças e agentes de pastoral, fortalecendo a leitura popular da Bíblia. Em nossa compreensão, as CEBs representam um novo modo de ser Igreja, articulando de maneira privilegiada as dimensões religiosa e social.

Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato da CNBB – Setor CEBs

A Comissão Episcopal Pastoral tem por missão promover a vocação e missão, formação e espiritualidade, organização e atuação do laicato na Igreja e no mundo, afim de que os leigos contribuam com seus talentos e carismas para o crescimento das comunidades eclesiais nos diversos serviços e ministérios e com a construção de uma sociedade justa e solidária.

Na sua relação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão possui uma assessoria própria estruturada no “Setor CEBs”. Este tem por objetivo participar da articulação nacional das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), em parceria com a Comissão Ampliada Nacional de CEBs. Também procura acompanhar a organização e preparação de seminários de estudo, encontros regionais e diocesanos e dos Intereclesiais das CEBs.

ADVENIAT

Adveniat é uma instituição dos católicos da Alemanha, que apóia projetos de cunho pastoral e social, fiel ao evangelho e à renovação eclesial promovida pelo Concílio Vaticano II. Desde sua fundação, em 1961, em Essen, Adveniat se propôs ser uma ponte entre pessoas, igrejas e povos e não uma via de mão única, com o objetivo específico de prestar auxílio pastoral às Igrejas locais na América Latina e no Caribe. Na intenção do fundador era uma forma do povo alemão retribuir a ajuda que receberam da América Latina e de outros lugares para enfrentar a situação de fome e miséria que viveram após a Segunda Guerra.



Introdução

O caderno que você tem em mãos é fruto do seminário ***Perspectivas para as CEBs no pontificado de Francisco*** promovido pelo Iser Assessoria e pelo Setor CEBs da Comissão Episcopal para o Laicato da CNBB entre os dias 30 de julho e 1 de agosto de 2015, na cidade do Rio de Janeiro.

No seminário estiveram reunidas 50 pessoas que assumem o serviço de assessoria às comunidades eclesiais de base. São pessoas que apóiam a caminhada das CEBs nas diferentes regiões do país. Na lista de participantes tivemos o cuidado de garantir a diversidade regional, além da presença de mulheres e de homens, de leigos/as, religiosos/as e de clérigos, de assessores/as da Comissão Ampliada Nacional das CEBs e de pessoas envolvidas na preparação do 14º Intereclesial das CEBs. Participaram também dois bispos e algumas pessoas que colaboraram nas reflexões durante o seminário. A lista completa de participantes encontra-se mais adiante.

É fundamental estimular o diálogo sobre as possibilidades e limites que se apresentam para as CEBs, no contexto nacional e no dos regionais, tanto do ponto de vista eclesial como do sociopolítico. Escolhemos como eixo central do seminário a relação das CEBs com o mundo urbano, em sintonia com o tema escolhido para o 14º Intereclesial das CEBs, a ser celebrado em Londrina (PR), em 2018. Esperamos com este caderno compartilhar a reflexão que ocorreu durante o seminário, e oferecer um subsídio inicial para aprofundamento da temática do próximo Intereclesial.

Esta atividade coloca-se em continuidade com outras realizadas ao longo de 2011 e 2012, quando as mesmas entidades organizaram quatro seminários com assessores/as de CEBs em diferentes regiões do país. Aqueles seminários deram origem ao livro *As CEBs e os desafios do mundo contemporâneo*¹. Também foram produzidas seis cartilhas para animadores/as de comunidades, co-editadas pelo Centro de Estudos Bíblicos e pelo Iser Assessoria: *Romaria da Amizade*, de Reginaldo

1 Organizado por Francisco Orofino, Sérgio Ricardo Coutinho e Solange Rodrigues, foi publicado pela editora Paulus em 2012 e encontra-se disponível no Iser Assessoria.

Veloso; *O espírito ecológico nas CEBs*, de Roberto Malvezzi; *Cultura do Bem Viver*, de Carlos Mesters e Francisco Orofino; *Entre vós seja assim*, de Frei Toni Michels; *Ministérios leigos nas CEBs*, de Celso Carias; e *As CEBs na Amazônia*, de Tea Frigério.

Estas iniciativas têm um duplo objetivo: oferecer subsídios atualizados para a formação de animadores/as de CEBs e favorecer a articulação de uma rede de assessores/as, que possibilite a troca experiências e informações, debates, capacitação, apoiando seu ministério de acompanhamento e animação das CEBs de suas regiões.

O êxito da proposta, atestado pela avaliação favorável dos/as participantes dos seminários e pela aceitação do material produzido (três cartilhas tiveram suas edições esgotadas); a realização do 13º Intereclesial das CEBs; a eleição do papa Francisco; e as transformações na conjuntura socioeclesial nos animaram a promover novas reflexões.

Temos viva na memória a mensagem que o papa enviou aos/às participantes do 13º Intereclesial em 2014, na qual reconhece o *“importantíssimo papel [das CEBs] na missão Evangelizadora da Igreja”*. E reafirma que as CEBs são *“um instrumento que permite ao povo chegar a um conhecimento maior da Palavra de Deus, ao compromisso social em nome do Evangelho, ao surgimento de novos serviços leigos e à educação da fé dos adultos”* (Documento de Aparecida n.178). O papa destaca também que *“as Comunidades de Base trazem um novo ardor evangelizador e uma capacidade de diálogo com o mundo que renovam a Igreja”* (Exortação Alegria do Evangelho).

Para que as CEBs possam enfrentar efetivamente os desafios que encontram em sua missão evangelizadora, dialogar com o mundo e renovar a Igreja, é necessário que seus membros compreendam as transformações que ocorrem no contexto social e religioso. E assessores/as têm um papel fundamental para favorecer este conhecimento.

Desde os anos 80 a equipe de Iser Assessoria acompanha e apóia as CEBs, Este acompanhamento se concretiza em assessorias a seus encontros, locais, tanto diocesanos, regionais e nacionais; na formação de suas lideranças e agentes de pastoral; na produção de subsídios, desde vídeos até cartilhas; na realização de pesquisas

sobre CEBs; no fortalecimento da leitura popular da Bíblia; no debate político; na discussão de linhas pastorais. Em 2010, por iniciativa de Sérgio Ricardo Coutinho, assessor do setor CEBs da CNBB entre os anos de 2005 e 2014, foi firmada uma parceria com o Setor CEBs para a realização conjunta de uma série de atividades de suporte às CEBs e seus/suas assessores/as. Logo após o 13º Intereclesial iniciamos o planejamento deste novo projeto, constituído pela realização de um seminário nacional e a edição de um caderno. Sérgio foi nosso interlocutor privilegiado durante todo este período. No final de 2014 fomos surpreendidos com o encerramento de seu vínculo com a CNBB. Tivemos que dar continuidade à realização do projeto sem sua colaboração oficial. O compromisso de Sérgio com as CEBs brasileiras fez com que ele se mantivesse envolvido com o projeto, dando sugestões, participando integralmente do seminário e em uma das mesas de debates, e contribuindo para esta publicação. A ele, nosso caloroso agradecimento pela parceria, cumplicidade e diálogo franco e bem humorado ao longo de todo este período.

Queremos agradecer também a Dom Giovane Melo, bispo referencial das CEBs na Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato, por sua confiança e apoio. Ele nos deu liberdade para que continuássemos os encaminhamentos para o seminário após o afastamento de Sérgio. D. Giovane já participara de um dos seminários de 2011 e esteve presente também no de 2015. No final da preparação, tivemos a contribuição de Celso Carias, que posteriormente veio a assumir a assessoria do Setor CEBs e a quem também agradecemos.

Realizar este seminário nacional só foi possível porque envolveu um grande mutirão: da equipe de Iser Assessoria, Francisco Orofino, Ivo Lesbaupin, Névio Fiorin e Solange Rodrigues participaram de todo o processo de formulação e realização das atividades. Lucia Ribeiro e Pedro A. Ribeiro de Oliveira participaram do seminário, Lucia coordenou uma das mesas de debates e Pedro contribuiu com suas reflexões em uma delas, e também é um dos colaboradores deste caderno.

Membros da Comissão Ampliada Nacional, do Secretariado do 14º Intereclesial das CEBs em Londrina, participantes dos seminários de 2011 e pessoas das equipes regionais de CEBs nos ajudaram a elaborar a lista e entrar em contato com os 50 participantes.

Durante o seminário Ana Maria de Freitas (CE), Neuza Mafrá (SC) e Pe. Medoro de Oliveira (RJ) compartilharam suas vivências no painel “CEBs e mundo urbano: experiências e desafios”, e as escreveram para este caderno. A professora Raquel Rolnik, da Universidade de São Paulo, nos ajudou a compreender a problemática urbana, na conferência “A questão urbana no Brasil contemporâneo”. Sua intervenção foi bastante elogiada pelos/as participantes, e considerada fundamental por estabelecer um patamar comum para que as demais reflexões fossem realizadas. Pe. Francisco de Aquino Júnior e Sérgio Ricardo Coutinho deram uma importante contribuição no entendimento da conjuntura eclesial, na mesa de debates “A situação da Igreja Católica no Brasil - e das CEBs – no contexto do pontificado do Papa Francisco”, e elaboraram textos para este caderno. Pedro A. Ribeiro de Oliveira e Solange Rodrigues provocaram o grupo a refletir sobre as “Perspectivas para a CEBs no atual cenário socioeclesial”, e a partir do debate realizado escreveram textos para esta publicação. Ao longo do seminário três participantes, Frei Flávio Guerra (RS), Monica Maria Muggler (BA) e Roberto Rossi (MT) estiveram atentos e nos brindaram com a excelente síntese do seminário “Convergência de três olhares”, que encerra este caderno.

A programação do seminário contemplou outro tipo de narrativa sobre o mundo urbano, por meio de dois filmes: o videoclipe oficial da música Rio 40 graus e o longa-metragem Proibido Proibir, de Jorge Duran. Reservamos também um tempo significativo para dinâmicas, fila do povo após as exposições e especialmente para as reflexões em grupo, expressando nossa convicção de que a construção coletiva do conhecimento se faz com base na troca de saberes. Desde modo, todos/as os/as participantes são responsáveis pelo conjunto das reflexões aqui apresentadas. Praticamente todos participaram das equipes que foram formadas na dinâmica dos trabalhos: de ambientação, de liturgia, de registro fotográfico, de relatoria, de memória, de síntese e do sarau, em que partilhamos poesia, música, dança, histórias, sabores e alegria. Ao grupo, tão comprometido, nosso reconhecimento especial.

Várias pessoas, entidades, congregações religiosas, e as CEBs dos regionais deram sua contribuição para viabilizar a participação de assessores/as no seminário, financiando suas passagens. Também tivemos a contribuição de pessoas que acompanham e apóiam as CEBs

na Alemanha, que entraram na rede de solidariedade colaboraram na realização deste projeto, por meio de Adveniat. A hospedagem durante o seminário, as passagens dos conferencistas, materiais utilizados e a publicação deste caderno foram possíveis graças a este apoio.

Todo este trabalho não seria possível sem o suporte institucional do Iser Assessoria, com o empenho e cuidado de nossas companheiras da administração Luciana Araujo e Mirian Epifânio. Névio Fiorin também contribuiu nas questões práticas de preparação do seminário, e foi o principal responsável pela composição deste caderno e interlocutor constante na redação desta introdução e do meu artigo inserido nesta publicação. Aos três, um agradecimento muito especial.

A cidade do Rio de Janeiro, segunda metrópole brasileira, foi o cenário deste seminário. Nos versos da música Rio 40 graus estão elementos da vida neste centro urbano:

*Rio 40 graus, cidade maravilha
Purgatório da beleza e do caos
Capital do sangue quente do Brasil
Capital do sangue quente do melhor e do pior do Brasil...
Cidade sangue quente maravilha mutante...
O Rio é uma cidade de cidades misturadas
O Rio é uma cidade de cidades camufladas
Com governos misturados, camuflados, paralelos, sorrateiros
Ocultando comandos...
Quem é dono desse beco? Quem é dono dessa rua?
De quem é esse edifício? De quem é esse lugar?
É meu esse lugar, é nosso Esse lugar...*

As cidades brasileiras são também “cidade maravilha, purgatório da beleza e do caos”. Nestas cidades - misturadas, mutantes, com sangue quente - pulsa o melhor e o pior do Brasil. Nestes lugares as CEBs levam adiante sua missão de anunciar a Boa Nova, de justiça, igualdade, solidariedade, respeito às diferenças.

Por isso, nos empenhamos para que a que a resposta às perguntas: “Quem é dono desse beco? Quem é dono dessa rua? De quem é esse edifício? De quem é esse lugar?”, Seja cada vez mais “É nosso esse lugar”. Cidade para todos e todas.

Solange S. Rodrigues
Pela equipe de Iser Assessoria

Programação do Seminário Perspectivas para as CEBs no pontificado de Francisco

30 de julho de 2015 – Quinta-feira

Manhã:

Viagem, chegada, instalação, credenciamento

Tarde:

Abertura – Setor CEBs e Iser Assessoria

Painel: CEBs e mundo urbano: experiências e desafios

Testemunhos de Ana Maria Freitas, Pe. Medoro de Oliveira Souza Neto e Neuza Mafra

Fila do povo: Ampliando o mosaico da realidade urbana e de seus desafios

Noite: Cine debate (opcional) – Filme: Proibido proibir, de Jorge Durán

31 de julho de 2015 – Sexta-feira

Manhã:

A questão urbana no Brasil contemporâneo – Profa. Raquel Rolnik (USP)

Tarde:

A situação da Igreja Católica no Brasil - e das CEBs – no contexto do pontificado do Papa Francisco – Pe. Francisco de Aquino Júnior e Prof. Sérgio Coutinho

Noite: Sarau de confraternização

01 de agosto de 2015 – Sábado

Manhã:

Perspectivas para as CEBs no atual cenário socioeclesial - Pedro A Ribeiro de Oliveira e Solange dos S. Rodrigues

Tarde:

Continuação dos trabalhos da manhã: Síntese, desdobramentos, avaliação, encerramento.

Lista de participantes

Ana Maria de Freitas — Nordeste 1
Antonio Salustiano Filho (Tonhão) — Sul 1
Castorina Leite Oliveira (Santinha) — Leste 2
Célia Aparecida Leme — Sul 1
Celso Pinto Carias — Leste 1
Eder Pereira Gomes — Oeste 1
Eliana Hermoso — Oeste 1
Flávio Guerra — Sul 3
Francisco de Aquino Júnior — Nordeste 1
Francisco Orofino — Iser Assessoria
Geraldino Rodrigues de Proença — Sul 2
Gilberto Orácio — Sul 1
Giovane Melo (Dom) — Comissão para o Laicato
Irmã Boudens (Hermínia) — Nordeste 2
Ivo Lesbaupin — Iser Assessoria
João Ferreira Santiago — Sul 2
Leila Regina da Silva — Leste 2
Lenir Cândida de Assis — Sul 2
Leoni Garcia — Sul 2
Lilian Maria Moser — Noroeste
Liz Marques — Sul 1
Lucia Ribeiro de Souza — Iser Assessoria
Luciano Bergamin (Dom) — Leste 1
Luis Miguel Modino — Nordeste 3
Luiz Ceppi — Noroeste
Magda Melo — Leste 2
Manoel Francisco (Dom) — Sul 2
Marcus Barbosa Guimarães — Leste 1
Maria da Silva Costa Rossi — Oeste 2
Maria Joaquina Fernandes Pinto — Leste 1

Maria Teodolinda Frigerio — Norte 2
Medoro de Oliveira Souza Neto — Leste 1
Mercedes de Budallés Diez — Centro Oeste
Monica Maria Muggler — Nordeste 3
Nelito Dornelas — Leste 2
Neuza Mafra — Sul 4
Ourora Rosalina Bolzan — Sul 4
Pedro A. Ribeiro de Oliveira — Iser Assessoria
Raquel Rolnik — Conferencista
Reneu Zortea — Sul 4
Roberto Rossi — Oeste 2
Salete Bagolin Bez — Sul 2
Samuel dos Reis Viana — Norte 3
Seleida dos Santos De Castro — Centro Oeste
Sérgio Ricardo Coutinho — Centro Oeste
Silvia Macedo — Sul 1
Solange dos Santos Rodrigues — Iser Assessoria
Vilma Pretto — Sul 3
Waldir José Bohn Gass — Sul 3
Yure da Silva Paiva — Nordeste 2

A Questão Urbana no Brasil Contemporâneo¹

Raquel Rolnik²

Apresento rapidamente a trajetória da minha militância. Participei da história da luta pela Reforma Urbana (anos 70 e 80), tive experiências em gestão municipal, na Prefeitura de São Paulo, no governo da Luíza Erundina como encarregada da política urbana, fui assessora de governos municipais.

No primeiro mandato do governo Lula (2003-2007), assumi no Ministério das Cidades a Secretaria de Programas Urbanos. Saí em 2007, depois que Olívio Dutra foi convidado a deixar o Ministério.

Em 2008, tornei-me Relatora Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU, onde permaneci até 2014. É a partir desta trajetória que leio a questão urbana no Brasil hoje.

O ponto de partida da minha reflexão é Junho de 2013. Esse é um marco na luta pelo Direito à Cidade. Não usávamos esta expressão nos anos 70, quando as CEBs foram agentes importantes nas lutas por Direitos Humanos e pelo Direito à Cidade. Hoje, a expressão é um eixo aglutinador de diferentes lutas.

A desigualdade socioterritorial é a característica da cidade brasileira. Dentro das cidades, as possibilidades são assimétricas. Não se trata

1 Este texto foi composto a partir de anotações da conferência da professora Raquel Rolnik realizada no seminário Perspectivas para as CEBs no pontificado de Francisco, em 31 de julho de 2015 na cidade do Rio de Janeiro. As notas foram tomadas por membros da equipe de Iser Assessoria, e revistas pela conferencista.

2 Raquel Rolnik é arquiteta e urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Foi relatora especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, por dois mandatos (2008-2011, 2011-2014). Foi diretora de Planejamento da Cidade de São Paulo (1989-1992), coordenadora de Urbanismo do Instituto Pólis (1997-2002) e secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades (2003-2007), entre outras atividades profissionais e didáticas relacionadas à política urbana e habitacional. É autora dos livros “A Cidade e a Lei”, “O que é Cidade” e “Folha Explica: São Paulo” (fonte: <https://raquelrolnik.wordpress.com/sobre/>).

de um mero reflexo das históricas desigualdades no Brasil. As nossas cidades produzem e reproduzem a desigualdade socioeconômica. O modelo de construção das cidades é de uma cidade para poucos: é um modelo excludente.

Precisamos entender o processo de urbanização brasileiro especialmente a partir dos anos 40. Entre 1940 e 1980 assistimos ao êxodo do campo para a cidade, e das pequenas cidades para as cidades médias e grandes. Assim se constituíram grandes centros urbanos e houve uma inversão populacional: se, até 1940, 80% da população estava no campo, hoje, no Brasil, mais de 80% da população se concentra em centros urbanos.

As pessoas que vieram do campo jamais foram “incluídas” na vida urbana no sentido pleno. Foi um modelo que incluiu sem incluir. Jamais a cidade disponibilizou terra, infraestrutura urbana, moradia, para quem chegou. O seu lugar foi construído pelos próprios chegantes. Os mais pobres, que sempre foram a maioria – 70% a 80% das cidades é constituída de pobres -, autoproduziram seu *habitat* nas cidades a partir de relações de compadrio, de relações religiosas, sem ter nenhum recurso para isso: sem terra, sem lugar, sem infraestrutura, sem dinheiro. Assim surgiram favelas, ocupações, loteamentos populares, acampamentos, assentamentos. Tudo isso NÃO É cidade. Cidade é espaço infraestruturado, com saneamento, áreas verdes, transporte, mobilidade, espaços sociais etc.. As pessoas fizeram suas casas ali onde não havia cidade.

O planejamento urbano (que existe!) e a política urbana foram construídas para preservar os melhores lugares para os setores de maior renda, para os negócios das construtoras. Os setores econômicos têm a cidade como um negócio, impedindo que o espaço possa ser compartilhado com quem chegou, e que agora já estão na terceira geração. O espaço legal está bloqueado através de um aparato normativo. Assim, por exemplo, nas áreas mais centrais e urbanizadas não é permitida a construção de moradias em modelo multifamiliar horizontal, que é a forma predominante de construção da moradia popular: os quintais compartilhados. Mesmo a política habitacional para os pobres, como o BNH no passado ou o programa *Minha Casa Minha Vida* hoje, é localizada sobretudo nas periferias urbanas que se

tornam o lugar do excluído (os que vivem num *não-lugar*). Este lugar é considerado RESIDUAL. Não é CIDADE! Em qualquer planejamento urbano, os piores lugares são reservados aos pobres como encostas, alagadiços, áreas da periferia. Em algum momento, os espaços residuais, que foram ocupados pelos setores populares, passam a ser declarados “lugares de risco” e a política pública aplicada é a remoção para alternativas piores, sujeitos a receberem a qualquer momento um “cheque-despejo” e empurrados para uma periferia mais distante.

O lugar do excluído na cidade é reafirmado todo dia: é onde não tem. Qual o problema dos jovens? É morar em lugares marcados pela ambiguidade – são “ilegais”, mas os pobres vão ficando, porque não têm outra alternativa. Nunca é um “ficando-ficado”, regularizado. Prevalece sempre o “não resolvido”. Cerca de 60 ou 70% da população urbana vive assim, em lugar “provisório”. A ambiguidade é constitutiva dessa população. Poderíamos defini-la como “transitoriedade permanente”.

Isto tem um efeito urbanístico e gera muitos efeitos políticos: demarca um território que é constantemente negociado. Os direitos destas pessoas são *negociados* dia a dia, eleição a eleição. Cada direito é conquistado com muita luta. E a inserção à cidade (as prometidas “melhorias”) tornou-se a grande moeda a cada eleição – água, luz, mobilidade -, traduzido por expressões como “ele olhou para nós”, “ele deu”, “ele fez um favor”, e a gente retribui com o voto. E “ele” pode ser o governador, o prefeito, o deputado, o vereador. É um “favor” e é uma “dívida”. Mas não uma dívida que tem prazo para ser saldada, é infinita. E isso estrutura a linguagem política nas cidades.

Este modelo de política urbana é fundamental para manter a desigualdade, para a manutenção do poder e da renda na cidade, na medida em que as oportunidades urbanas se concentram nas mãos de quem já tem.

Aqui é bom lembrar que o sociólogo Chico de Oliveira mostrou em um texto brilhante nos anos 70 que o custo da moradia não entra no cálculo do salário mínimo, o que Lúcio Kavarick chamou de espoliação urbana. Esse quadro permaneceu assim praticamente até o início do governo Lula em 2003, a partir de quando houve um aumento de renda dos trabalhadores.

Este cenário urbano, decorrente do êxodo rural, seguiu até o final dos anos 70, início dos anos 80, quando nas periferias nasceram os movimentos por direitos (escola, creches, luz, saneamento...). E as CEBs foram o berço que acolheu estes movimentos durante o período da ditadura civil militar.

O que aconteceu de lá pra cá?

Nas vésperas da promulgação da Constituição de 1988, durante o processo constituinte, estes movimentos se aglutinaram em torno da proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana, que propôs três elementos fundamentais:

- 1) Reconhecimento e inclusão plena dos moradores da cidade. É o direito a ter direitos, expresso do ponto de vista urbano;
- 2) A cidade não pode ser guiada apenas pelo valor econômico da propriedade: existe a função social da propriedade urbana, ou como se diz hoje, a função socioambiental da propriedade. A propriedade não existe só para dar lucro ao proprietário. Ela está sujeita a restrições legais;
- 3) Ampliação da participação popular na definição das políticas urbanas – hoje a cidade é excludente porque as políticas foram formuladas por e para os beneficiários desta exclusão. Portanto, é através da participação popular que se vai garantir a função social da propriedade.

Com estas bandeiras os movimentos foram à luta, para conquistar estes direitos. Em especial, lutas por moradia, mas também por transporte, por outros bens e serviços. E foi fundamental a presença da Igreja nestas lutas.

O movimento forjou novas lideranças políticas, que compuseram o campo democrático popular (CDP), reunindo políticos do PT; PCdoB; PDT; PSB; PMDB. Prefeitos eleitos por estes partidos buscaram valorizar e ampliar a participação na vida política brasileira com mecanismos como orçamento participativo, conselhos comunitários etc., e fizeram políticas de inclusão, Conferências da Cidade. E também experiências de autogestão de moradia, apoiadas pelo poder público, como as cooperativas habitacionais, todas também apoiadas pela Igreja.

Nos anos 90 foram também estabelecidas as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, com o objetivo de reconhecer os assentamentos informais e urbanizá-los.

Estes partidos do campo democrático popular foram ganhando espaço na via institucional, culminando com a eleição de Lula em 2002.

No entanto, ao mesmo tempo, foi entrando na cidade a política neoliberal, e nós não percebemos a força deste outro modelo. Logo após a Constituição de 88, iniciou-se no Brasil a implantação do modelo neoliberal, com as políticas de privatização e as parcerias público-privadas (PPPs).

Havia a formulação contida na Reforma Urbana, mas nos anos 90 o país se viu sem recursos para implantá-la. Com a crise fiscal e o ajuste foram surgindo propostas de privatizar luz, água, moradia, abrindo espaço para um processo de financeirização da produção da cidade. A cidade e a política urbana foram sendo capturadas pelos interesses do setor imobiliário. A pergunta passa a ser: onde será o novo projeto urbano que vai oferecer alternativa para maior lucro do capital?

A Copa do Mundo foi o grande momento da consolidação deste modelo entre nós. Ficou claro que, no Estado brasileiro, a política urbana é controlada pelos negócios urbanos (principalmente na área de transportes, no setor imobiliário e as empreiteiras de obras públicas): são eles que definem o que fazer. E se forjou o que Carlos Vainer chamou de “cidade de exceção”. Foram realizadas remoções como não se fazia desde a ditadura.

Com isso, as cidades sofreram um ataque em pinça: de um lado, o global (nenhum país é uma ilha) e, de outro lado, temos as nossas raízes, a herança da ditadura. Isso desconstituiu a luta pela Reforma Urbana, que foi derrotada – provisoriamente!

Como é a organização do Estado brasileiro no que se refere ao urbano?

1) Controle da política urbana pelos negócios: incorporação imobiliária, loteadores, empresas concessionárias de serviços de transporte, empreiteiras de obras públicas que historicamente dominam o Estado, a política urbana, e definem o que vai ser feito. “Que obras vamos fazer para contratar tal empreiteira?” A pergunta não é “o que a cidade precisa?”. Sempre foi assim, só que agora este procedimento está regulamentado. O Estado só paga. A empreiteira faz tanto o projeto e como a obra.

Com a redemocratização, e as campanhas eleitorais cada vez mais caras, estes conglomerados passaram a controlar as verbas de campanha eleitoral. Desde vereador até presidente da República são eleitos por estas empresas, que controlam o Congresso. Todos os grandes partidos políticos entraram neste esquema de financiamento privado das campanhas. Este processo resultou num sistema político totalmente dominado pelo poder econômico.

2) O financiamento do desenvolvimento urbano também está estruturado de acordo com estes interesses. Há recursos para fazer quadras de esporte, escolas, mas não tem para fazer cidade. E as receitas próprias, municipais, não são suficientes, porque dependeria de aumento de IPTU. Os financiamentos para as políticas urbanas estão fragmentados e dependem de transferências que não são obrigatórias: Essas verbas são todas negociadas no campo político, controlado pelo sistema econômico.

3) Qualquer processo decisório não passa por nenhuma instância popular (Conselhos ou Orçamento Participativo até existem!). Ou seja, não é ali que ocorre o processo decisório sobre as políticas públicas. Para os movimentos sociais, acaba também sendo uma armadilha, aonde se negocia sua entrada para pegar uma parte do butim. Por exemplo: apenas 1% dos recursos do programa *Minha Casa Minha Vida* vai para entidades de autogestão da moradia, e garante que estes movimentos continuem na base do governo. Os 99% restantes vão para as construtoras.

Na perspectivas deste modelo, as políticas de consumo individual têm caminho livre: o espaço privado melhorou, há maior acesso a bens individuais. Enquanto que as políticas coletivas e/ou públicas continuam precárias, sem apoio do poder público, comprometido com as empresas. Voltando ao ponto inicial da fala, Junho de 2013 mostrou a crise deste modelo.

Crise é sempre bom e ruim.

Estamos vivendo a crise do modelo vigente. O modelo atual revelou seus limites. Há saídas?

É preciso apostar na juventude. Na narrativa da busca da Terra Prometida, foram necessários 40 anos de deserto para que surgisse

uma geração capaz de concretizar o projeto. Estamos com uma equação complexa: temos uma juventude com um novo pique, que já nasceu com a democracia, que não viveu as lutas do passado, que está entrando na universidade e está questionando tudo.

Junto, há também o risco do fascismo, a exacerbação do consumo, que é a ideologia dominante, e uma enorme dificuldade de desconstruir este discurso. Mas há muita coisa nova crescendo na base, cultura e arte se articulando com o direito à cidade. Na década de 80 havia utopia, esperança. Mas hoje não há um horizonte no sentido de uma “utopia”. Existem vários experimentos. Hoje se busca “viver” primeiro.

Temos obrigação de contar a história da redemocratização e das lutas pelo Direito à Cidade para os jovens. E precisamos contar com as CEBs para isso!

Trabalho de Grupos:

Após a exposição, os participantes do seminário se dividiram em pequenos grupos para refletir sobre o que ouviram, e trouxeram para o plenário seus comentários e dúvidas. Foram abordados temas como os condomínios fechados, a violência urbana, o consumismo e individualismo, a oposição entre campo e cidade, os movimentos juvenis nas cidades, formas de socialidade existentes na cidade, a dimensão utópica.

Comentários finais de Raquel Rolnik:

Mudança territorial nas cidades: investimentos nos “enclaves fortificados” – condomínios, shoppings, bairros fechados – projetos de autosegregação dos setores de maior renda. Murados, vigiados, com tecnologias de segurança, com ruas comerciais no seu interior. Enquanto mais avança isso, mais degradado fica o que está em volta. E as prefeituras adoram, porque não precisam investir nestes espaços. Estes enclaves esvaziam o sentido do público.

É uma resposta ao neoliberalismo dos anos 90, que gerou o crescimento do desemprego, o subemprego... Outras formas de ilicitudes que penetram nas cidades como alternativas de renda –

tráfico de drogas e armas, provocando um aumento real da violência. Associado ao desinvestimento nas cidades (prefeituras sem recursos, por causa do ajuste fiscal).

Não é só o individualismo, o consumismo. O shopping é um templo, com segurança. A segregação nos templos do consumo: é a marca de um espaço que não é para todos. Lembremos dos meninos negros e os *rolezinhos* nos shoppings em São Paulo.

A dimensão estrutural da cidade é o público.

Este movimento neoliberal dos anos 90 deu um passo adiante: hoje não só existem condomínios fechados, mas bairros inteiros. O que tem uma dimensão política: retiram-se espaços inteiros da cidade da mediação política, onde prevalece a Democracia Direta do Capital. Não há mais necessidade de planejamento estatal. As empreiteiras planejam e apresentam o projeto pronto ao governo. O Mercado faz tudo! Exemplo disso no Rio de Janeiro é o “Porto Maravilha” – entregue a uma empresa; bairros inteiros são entregues para empresas privadas. Em vez de investir no público, investe-se no privado.

Isso é o oposto do nosso sonho, da nossa utopia, da democracia direta do povo – da participação popular nas decisões.

A utopia do direito ao espaço público, ao espaço do direito. A ideia dos comuns, do transporte coletivo de qualidade, dos equipamentos coletivos... Se o espaço público fosse bom, não teria problema morar em apartamentos pequenos. As ruas seriam lugar para ficar, não só para passar.

A utopia da juventude, uma coletividade prazerosa, há movimentos anti-mercantilização. O Movimento Passe Livre (MPL): “por um mundo sem catracas!”. Propõe a desmercantilização do transporte público. Republicizar. Desprivatizar.

Outro elemento importante do MPL é a forma de decisão horizontal, sem representantes, sistemas não hierarquizados de poder.

Hoje temos o maior percentual de pessoas na faixa dos 15-29 anos na pirâmide etária do Brasil, cerca de 24% da população. Esta mudança se deveu à queda radical da natalidade e da fertilidade, em todo o território, nas diferentes classes sociais. Com o envelhecimento da

população, esta é a última bolha de jovens. A faixa etária de 15-29 anos é, portanto, decisória. E outros elementos entram no mundo desses jovens – comunicação/cultura/imagens/redes sociais/linguagem para esta faixa etária. Como dialogar com esta “maioria”?

Sobre a dificuldade das comunidades de base de trabalharem no contexto urbano: disputam com outras formas de agregação - ou é o tráfico ou as igrejas pentecostais que agregam, constituem sociabilidades.

Dificuldade de operar com a oposição campo/cidade. Não é só cidade – é o urbano como processo de urbanização. Pode-se estar numa aldeia indígena e ser afetado pelas questões urbanas.

Como disputar? Disputar o quê?

Quais são suas propostas de “agregação” no mundo urbano? Percebemos hoje uma “disputa de narrativa”. É preciso oferecer uma outra interpretação. Os grupos disputam as leituras do que está se passando para apontar propostas. Conflitos de interpretação. Esta é a leitura “profética” do momento. Frente a uma narrativa conservadora, é preciso construir uma contra-narrativa.

E evidentemente dar força para a esperança, a utopia. Os movimentos que estão surgindo não têm uma utopia pronta, está em construção. Praticam.

Nas ocupações há uma proposta de política de moradia, mas procuram experimentar, prefigurar: as ocupações já são hoje aquilo que eles querem conseguir.

É preciso uma fala que legitime os fenômenos novos que vem ocorrendo de forma embrionária ainda, e se essa legitimação vier da Igreja, ótimo. Precisamos de alguém que diga a esta juventude que ela não está louca, nem sozinha. E que o que eles querem é legítimo.

Construindo o *Bem-Viver* na Periferia de Fortaleza

Ana Maria de Freitas¹

“Lá dentro da cidade um clamor, cheio de solução e dor, um desafio para nós. Um grito sobe da periferia, semente de um novo dia, é preciso despertar! Toda essa gente organizada a cidade transformada com certeza chegará!” (Veroni)

Introdução

Os anos 80 foram um tempo de muita efervescência para as CEBs da Arquidiocese de Fortaleza. Estávamos saindo da Ditadura Militar e o povo cristão estava descobrindo novas formas de ler a Bíblia, de se encontrar enquanto comunidade e buscava formas de integrar as experiências que iam surgindo nas comunidades da periferia. Era o tempo de Dom Aloísio Lorscheider como arcebispo e pipocavam nas comunidades mais pobres experiências de vida inserida com religiosos/as, seminaristas e sacerdotes diocesanos e leigos/as. Residindo nas comunidades mais pobres, percebiam seus clamores, participavam de seus sofrimentos e colaboravam com seu processo de organização, dentro de uma relação muito sadia entre fé e vida. Essas experiências foram sementeiras para as Comunidades Eclesiais de Base. Era um tempo de muita luta por moradia, saneamento básico, trabalho e de crescimento das experiências com tecnologias de convivência com o semiárido no interior do estado. Isso tinha uma evidência tão grande que parecia que toda a Igreja da Arquidiocese de Fortaleza era formada de CEBs.

Foi nesse contexto que nasceram as comunidades da Área Pastoral do Grande Bom Jardim, primeiramente com os padres redentoristas e depois com os combonianos, além das congregações femininas muito atuantes, entre elas a Congregação das Irmãs do Divino Salvador, as chamadas salvatorianas. O acompanhamento feito por estes/as religiosos/as e lideranças leigas constituiu o que hoje chamamos de

¹ Ana Maria de Freitas é Assistente Social, membro do grupo de assessoria das CEBs do Regional NE I, membro da equipe da Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza, diretora presidente do Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa.

“Rede de Comunidades”, onde o que ocorria a uma era da conta de todos/as e merecia solidariedade mútua. Eram constantes as visitas e as mobilizações, seja por água, por ocupação de terrenos vazios em busca da moradia, por mutirão de construção de casas, por encontros de formação, pelo fim da violência no trânsito, entre outras lutas. Uma consciência que os padres combonianos já naquela época tinham é que não era mais possível vivenciar na periferia de Fortaleza o mesmo modelo rural de paróquia, onde a matriz é o centro irradiador da ação pastoral. Numa cidade onde a urbanização era crescente, era preciso ousar novos métodos, construir a autonomia comunitária, porém com articulação entre elas, dando um novo rosto de Igreja que ultrapassasse o modelo paroquial rural e contemplasse a complexidade do modelo urbano de desenvolvimento na cidade. Na fala do Padre Marcos Passerini, missionário comboniano:

“Não existe um centro. Existem as comunidades que percebem a importância da comunhão, da integração, da solidariedade, da interação, entendeu, da troca de experiência, do apoio mútuo. Havia um problema no Canindezinho, as comunidades se mobilizavam e iam pro Canindezinho. Havia um problema no Santo Amaro, as comunidades se mobilizavam. Tinham reivindicações que eram, ainda são hoje, próprias daquela comunidade, mas tem necessidades e direitos que são de todos do Grande Bom Jardim, haja vista o transporte, por exemplo, aquela história da avenida e outras coisas. Não adiantava o Canindezinho tentar resolver o problema sozinho, quando a avenida começa num canto e termina noutro canto, atravessa ‘n’ comunidades” (ALMEIDA, 2015, p. 23).

É a partir dessa concepção que as comunidades de cinco bairros (Granja Lisboa, Granja Portugal, Siqueira, Canindezinho e Bom Jardim), que iniciaram sua organização a partir dos grupos de reflexão da bíblia e caminhadas missionárias na região sudoeste de Fortaleza, começam a interagir em processos de formação, de mobilização e constituição de associações de moradores e de Organizações Não-Governamentais, como instrumentos que fortalecem e mediam suas lutas onde os olhos estavam bem abertos para a realidade. Este processo desconstruiu o modelo tradicional paroquial, onde a matriz é o centro e apostou na integração entre as comunidades irmãs, fazendo-as interagir com o conjunto da cidade, onde nas diversas localidades periféricas,

proliferavam os movimentos populares em torno da defesa de direitos sociais. Toda essa articulação foi em direção à luta pelo direito à cidade num contexto de aceleração das problemáticas urbanas em Fortaleza, apostando no desenvolvimento local, solidário e sustentável.

Comunidades que se tornam um Território

Os anos 90 encontraram as Comunidades Eclesiais de Base em estado de fragilização. A investida neoliberal e o conservadorismo eclesial conseguiram atingir a organização dos movimentos sociais e mesmo este modelo de Igreja que foi germinadora de diversos movimentos populares. Para sobreviver, era preciso mais uma vez descobrir novas formas de organização, sem perder a identidade própria das CEBs.

Na chamada Região do Grande Bom Jardim os/as antigos/as animadores/as das CEBs resolveram criar em 1994, como fruto das reflexões das missões populares à época, o Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa – CDVHS. O nome do centro deve-se a este sociólogo que entre tantas lutas, criou em 1993 a *“Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida”* que mobilizou milhares de pessoas em torno da problemática da fome e da miséria e pela ética na política. Os/as cristãos/ãs do Grande Bom Jardim (GBJ) sentindo-se parte dessa luta começaram a ideia de uma territorialidade, enquanto um construtor social, onde a Rede de Comunidades tomava agora um aspecto institucional, iniciando uma caminhada de fortalecimento das organizações comunitárias locais das mais diversas modalidades (grupos culturais, juvenis, ecológicos, comunitários, liga desportiva, organizações de defesa do consumidor, expressões religiosas - protestantes, católicos, povo de terreiro etc.), integrando-as em torno de lutas comuns. Tal intento gerou em 2003, a Rede DLIS – Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, com a ideia de que é possível criar um território com identidade própria, enquanto estratégia de desenvolvimento local, onde os/as moradores/as se importam uns com os outros e defendem seus direitos sociais e humanos, vivendo uma mística que respeita as diversas expressões religiosas num constante diálogo interreligioso, tendo como foco a realização do bem comum.

Desafios que apontam para perspectivas

Um dos grandes desafios para essa articulação de comunidades é serem reconhecidas enquanto geradas por uma experiência de Igreja pois, de acordo com uma idéia corrente atualmente, aquilo que tem uma acentuação política distancia-se facilmente do reconhecimento eclesial. As CEBs vivem uma crise considerável por não adaptarem-se aos novos ventos eclesiais que teimam em fechar-se na pastoral de manutenção. É urgente atentar para o que diz o Papa Francisco na Exortação Evangelii Gaudium: *“Quando a vida interior se fecha nos próprios interesses, deixa de haver espaço para os outros, já não entram os pobres, não se ouve a voz de Deus, não se goza da doce alegria do seu amor, nem ferve o entusiasmo de fazer o bem”* (EG, 2).

Outro desafio importante para quem quer envidar esforços para esse tipo de experiência é a formação político-cidadã permanente, no sentido de suscitar novas lideranças / animadores/as, principalmente mais jovens, para que haja continuidade do processo. Nesse sentido, o CDVHS criou a Escola Popular de Educação em Direitos Humanos (EPEDH), onde a formação em módulos favorece o surgimento a cada ano de pelo menos 30 novos/as defensores/as populares de direitos humanos, conferindo-lhes habilidades que contribuem para o conhecimento da legislação no que diz respeito ao acesso aos direitos sociais e às políticas públicas em diversas áreas. O Brasil tem uma legislação avançada, mas que é desconhecida para a maioria da população e desrespeitada pelos gestores públicos. Faz parte do nosso dever de cristão/ã conhecer e contribuir para o conhecimento, promoção e efetivação dos direitos.

Neste processo não se pode esquecer as parcerias, principalmente das universidades. O saber acadêmico é um importante aliado no processo de esclarecimento da realidade urbana que se apresenta tão complexa. É preciso entender alguns instrumentos legais como o Plano Diretor das cidades, entendendo-o como um espaço onde a população pode e deve inserir-se, participar da sua elaboração, propondo mecanismos de defesa dos territórios periféricos, fazendo com que as comunidades se tornem espaços para o bem viver, promovendo vida digna para todos/as. No Grande Bom Jardim a parceria com o mundo acadêmico é uma constante para que se faça um diagnóstico continuado e o mais próximo

do real das problemáticas como a do extermínio da juventude negra e pobre, a especulação imobiliária, a crescente violência de gênero, o avanço da drogadição, dentre outras. A produção de diagnósticos participativos é entendida como um instrumento de desenvolvimento local sustentável que agrega, que mobiliza, que gera discursos e que orienta as intervenções. É a ideia do conhecer para transformar!

Concluo utilizando mais uma vez a fala do Papa Francisco, pois este homem tem indicado o Caminho para que a Igreja volte às suas origens apostólicas e seja mais presença no mundo:

“A Igreja “em saída” é a comunidade de discípulos missionários que “primeiram”, que se envolvem, que acompanham, que frutificam e festejam. Primeiram – desculpem o neologismo – tomam a iniciativa!”

Tomemos a frente na construção de uma Igreja samaritana que não deixa os pobres à margem, reféns daqueles que deveriam cuidar, promovê-los, emancipá-los e não o fazem!

Bibliografia

ALMEIDA, Adriano Paulino de. (GRANDE) BOM JARDIM: Reterritorialização e Política de Representação à Luz da Nova Pragmática. Fortaleza: CE: PosLA/UECE, dissertação mestrado, 27 de Junho 2015, p.281.

PAPA FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*, Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual, 24 de novembro de 2013.

Gritos do Mundo Urbano: Desafio para as CEBs

Neuza Mafra¹

Uma história no meio de tantas outras...

A Identidade

A ACRICA, Associação Criciumense de Catadores, é o retrato da realidade em que vivem outros Catadores(as) da região. Os Catadores da Acrica são moradores da proximidade da estrada de Ferro Teresa Cristina com alto índice de violência, drogas, o que os leva a serem chamados de *“o pessoal do trilho”*, estigma que carregam e que os dificulta a ter acessos em diferentes setores sociais.

Até 2014 viviam como trabalhadores individuais da catação, e era inegável que a catação individual lhes conferia uma renda melhor, *“a gente fazia mais de mil e pouco...”* disseram muitas vezes. Contudo estavam sujeitos às condições do clima, se chovia não era possível catar, além de expostos aos perigos do trânsito, pois suas *“carrinholas”* não ofereciam segurança, não tinham espaços adequados para estacionar, eram *“xingados”* por fazerem a coleta no centro da cidade, dentre outras situações que os colocava na condição de invisibilidade, termo que eles mesmos encontraram para expressar como eram vistos: *“Os carros passam por nós como se não vissem a gente, ameaçam vir pra cima, até já entortaram a roda do meu carrinho... parece que a gente é invisível...”*.

Fórum do Lixo e Cidadania - espaço de mobilização social

Diante da ausência de ações sociopolíticas, do poder público e de um plano de direção sobre os resíduos sólidos, em 2009, inicia-se o Fórum do Lixo e Cidadania em Criciúma que reúne entidades da sociedade civil, a universidade, os catadores e pessoas comprometidas com a

1 Coordenadora da Cáritas Diocesana de Criciúma. Membro da Colegiada do Fórum do Lixo e Cidadania.

causa. O Fórum é uma instância que agrega interessados, atuantes e responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos no município, tem caráter permanente de discussão, proposição, articulação, apoio técnico, capacitação e sensibilização para a adequada gestão e manejo dos resíduos sólidos no município.

Desde a sua criação, o Fórum prioriza a inclusão social dos/as catadores/as, na tentativa de superar a invisibilidade destes trabalhadores de materiais recicláveis, uma vez que a invisibilidade vai além de não serem vistos pela sociedade ou nos centros das cidades. Daria para dizer que é uma invisibilidade crônica: são visíveis para as universidades, para o poder público e projetos sociais, enquanto objetos de pesquisa, enquanto números para os cadastros para captação de recursos.

Como esta realidade interage com as CEBs

Especificamente na Diocese, as “CEBs” são uma terminologia apenas presente no Plano de Pastoral, ali colocadas como “modelo” para os Grupos de Famílias, conhecidos em outros lugares como Grupos de Reflexão. Mesmo assim, no atual modelo vigente o compromisso social com os empobrecidos, não é o forte destes grupos, conforme dados de uma pesquisa interna de 2013, feita pela própria coordenação dos Grupos de Famílias.

Assim, para as Igrejas, os/as Catadores/as também são invisíveis. Hoje na região, a única entidade de caráter religioso que acompanha o trabalho junto aos/às Catadores/as é a Cáritas, que integra o Fórum. É através da Cáritas que tem sido possível mobilizar as Paróquias que a ela são filiadas, bem como as Pastorais Sociais, mas apenas para ações pontuais.

Desafios

O processo de inclusão social dos/as Catadores/as passa por fortes desafios, além da luta diária pela superação das “invisibilidades”, que vão desde a resistência em trabalhar em grupo de associados, sair da catação individual para a catação no coletivo, a aquisição de um galpão próprio (o que ocupam hoje é cedido pela prefeitura e sem nenhuma

garantia futura), as constantes ameaças de instalação de incineradoras de modelo europeu, até a implantação do Plano de resíduos, assumido pelo município como forma e fonte de garantia da atividade da catação e reconhecimento dos/as Catadores/as como trabalhadores/as da área.

Conquistas

Hoje, mesmo em processo de articulação, os/as Catadores/as da Acrica gerenciam a Associação, comercializam os materiais reciclados, distribuem os resultados entre os associados de forma equitativa, participam dos processos de formação onde se reflete sobre o reaproveitamento e transformação de materiais recicláveis, identificação e agregação de valor aos materiais, compostagem, associativismo e cooperativismo, formação humana, conscientização, política cidadã, políticas públicas, direitos e saúde dos trabalhadores da Catação e da organização junto ao Movimento de Catadores. Continuam na reivindicação pelo galpão próprio, pelo Plano de Resíduos para o município, e, junto com o Fórum do Lixo e Cidadania, mobilizam Audiências Públicas, o Dia Nacional dos Catadores e tornam-se referência para a articulação de catadores das regiões vizinhas.

Xote da Marcha do Povo - “Hino dos Catadores”

Há quem diga olê, olê! Olê, olá!

Catador de Norte a Sul e de acolá!

Nesta marcha sem parar, caminhar é resistir. É se unir. É reciclar!

Ninguém segura essa gente que trabalha

Que grita e fala querendo anunciar

Que é possível a luz de um novo dia

Em que a nossa alegria possa se concretizar.

CEBs em saída!

Pe. Medoro de Oliveira Souza Neto¹

A rede de CEBs no Brasil prepara o seu 14º encontro intereclesial em Londrina, debruçando sobre a realidade e os desafios do mundo urbano. E escuta repetidamente, como o Canto do Cisne, a exortação do Papa Francisco por uma Igreja em saída; enquanto busca morder a complexidade da cidade por novas perspectivas evangelizadoras. Estas devem abraçar o protagonismo do laicato como verdadeiros sujeitos eclesiais que participam da vida, missão e também decisões da Igreja. Esses igualmente sujeitos e interventores sociais que vão ao encontro dos excluídos e descartados, fazendo da Comunidade Casa de vida humana digna e de comunhão fraterna.

Nesse horizonte emerge a pequena experiência das CEBs, numa Igreja na periferia geográfica de Três Rios, RJ. Uma cidade de 110 mil habitantes que nos últimos 10 anos retomou o seu progresso econômico e ocupa o 32º lugar dos municípios brasileiros em termos de “desenvolvimento”. É tautológico dizer que a esse progresso não corresponde o desenvolvimento humano-social, como acontece por todo o Brasil. A cidade não é, desgraçadamente o lugar para todos. Ao contrário, progridem as periferias, as áreas de miséria, as vidas sobranças. Com estas, procura estar a Paróquia São José Operário.

O ambiente religioso do conjunto da Diocese de Valença, RJ, a quem pertencemos, ainda é marcadamente católico. A sede tem 80% de católicos. Somos, todavia, a exceção: o crescimento do neopentecostalismo nos últimos anos, reduziu esta paróquia a 38% de católicos. Isso, não só pelos motivos comuns que a sociologia da religião apresenta, mas também pela omissão pastoral decorrente do clericalismo crescente. Os católicos sobreviventes são exatamente os filhos das CEBs nesta paróquia nascida com o Concílio Vaticano II,

1 Pe Medoro de Oliveira. Doutor em Eclesiologia pela PUC-Rio. Assessor das CEBs da Diocese de Valença, RJ. Pároco de São José Operário em Três Rios, RJ. Professor do ITF-Petrópolis e da PUC-Rio. Presta assessoria teológico-pastoral às dioceses, Comunidades Eclesiais de Base e Retiros Espirituais (medoro@uol.com.br).

em 1965, como paróquia-operária. Os Círculos Bíblicos, com a leitura popular da bíblia, sustentaram a pertença eclesial.

Essa “minoría abraâmica” sobrevivente dá, nos últimos cinco anos, “estrutura eclesial” aos párias da próspera cidade de alguns, acolhendo em seu seio, nessas pequenas comunidades, os deserdados: as prostitutas, os drogados, os aidéticos, os deficientes, as adolescentes mães, os desempregados, os idosos, os das ruas... Faz a “revolução da ternura”! Uma Igreja pobre, de pobres no meio dos pobres que a cidade não contempla e parece que jamais irá contemplar. Do ponto de vista da estrutura econômica luta, como os seus pobres, para sobreviver ao sufoco. Vive-se, ou sobrevive-se, a graça de cada dia sob a Providência!

Alguns dados sociológicos podem nos dar um retrato de quem a cidade exclui. A região é considerada a Rota da AIDS em virtude do alto índice de prostituição. A cidade tem o maior índice de óbitos de aidéticos do país. Muitas são as casas de prostituição onde trabalham meninas vindas, sobretudo do Nordeste, de carona pra ganhar a vida em São Paulo. E aqui são covardemente deixadas pelos caminhoneiros. Instala-se nova forma de escravidão, pois elas entram na zona devendo comida, casa, roupa, higiene... Nessas casas se vendem mulheres que em épocas de salário são deixadas ali pelos próprios maridos para ajudar na economia familiar.

Há também a prostituição infanto-juvenil para complementação de renda: adolescentes servem sexualmente a um bairro rico de Petrópolis nos fins de semana. 80% meninas de 13-17 anos já engravidaram, muitas vítimas do incesto. As CEBs enfrentam os problemas da AIDS e da prostituição fazendo-se presente junto a essas pessoas feitas marginais e acolhendo-as em seu seio. Nas zonas entre os leigos e leigas vão também as zeladoras do Apostolado da Oração, não para corrigir moralmente, mas para serem presenças amorosas. Os mínimos gestos de presença e acolhida restabelecem a autoestima e geram a busca de formas mais humanas de sobrevivência.

Também existe um pesadíssimo tráfico de drogas. A invasão do crack gera 60% de evasão escolar nas 5ª e 6ª séries. A polícia faz ofensiva para mostrar “pacificação”. Já passa de 3.700 o número de apenados pela “política de segurança policial”. Frente a isso um projeto da Pastoral da Juventude, “En-cantando a Vida” promove oficinas lúdicas,

de capoeira, música, canto, teatro... para a inclusão social e eclesial. Também o Vestibular Social apresenta excelentes resultados. A PUC-Rio oferece gratuidade àqueles que - esperamos - venham retornar futuramente, na liderança das empresas como defensores de suas classes sociais de origem. Daqui a Pastoral Universitária atua para alimentar essa consciência-compromisso desses jovens.

Muitos outros dramas humanos poderiam ser elencados com a diaconia samaritana das CEBs: para os idosos abandonados, com a Pastoral do Idoso, para os deficientes, com o Movimento Fé e Luz, para os alcoólatras e adictos, com os Grupos de AA e Pastoral da Sobriedade, para as vítimas da prostituição infanto-juvenil, com as Pastorais conjuntas da Criança, Juventude, AIDS e Mulher Marginalizada,... Tudo isso trouxe a exigência da profecia. Não adianta enxugar o chão com a torneira aberta. A cidade cresceu com as indústrias, mas socialmente continuou pobre. Há monopólio no comércio. Um tipo de quartel econômico impõe salários muito baixos...

Trabalhar as causas, além das consequências. Aí nasce o *Movimento Fé e Política*, com bons resultados: mais que opção partidária é a luta pelo bem-comum, é formação de interventores sociais. Ajudam também as pastorais sociais a discernir causas e buscar soluções: iniciativas de promoção humana – como parcerias com o SESC e Secretaria Municipal de Promoção Humana e Ação Social – e corajosas denúncias proféticas. Daí a necessidade da emergente Comissão de Justiça e Paz para defender situações concretas de violação de direitos humanos e sociais, para denúncias coletivas do abuso do poder e da exclusão e para apresentação de projetos legais de justiça.

O abraço misericordioso a essa realidade não é apenas para, mas com os pobres. Aqui certamente reside a novidade das CEBs e de sua ação evangelizadora no contexto de Três Rios e da Diocese de Valença. As CEBs não são apenas as comunidades dos pobres empobrecidos, mas também dos pobres descartados. São CEBs em saída enquanto seus agentes pobres empobrecidos enxergam e vão ao encontro dos deserdados, dos que não mais contam e os acolhem, trazem para o seu meio e vão viver no meio deles. Circulo Bíblico com prostituta e travesti pode ser a novidade. Pastoral da Juventude com diversidade sexual explícita, igualmente.

Um dado complementar importante. As pessoas que buscam algo melhor migram para os grandes centros urbanos e nas cidades pequenas ficam, em geral, as que têm menos iniciativa. Uma espécie de mediorização da periferia. Para mudar isso é fundamental a multiplicação dos Círculos Bíblicos com a Leitura Orante e Popular da Bíblia. O material do CEBI ajuda muito no entendimento da Bíblia. E há também abertura macro-ecumênica. Vários evangélicos aderem a esses Círculos Bíblicos e transitam bem nas Comunidades. E as liturgias simples e inculturadas da Pastoral Afro-trirriense costuram bem a fé comum do povo, na sua pluralidade raiz.

A paróquia tinha CEBs no passado, mas foram podadas, só que o espírito permaneceu e foi reacendido. Mas as dificuldades persistem. Dão-se em um contexto eclesial no qual as demais comunidades vivem uma experiência eclesial *ad intra*: a paroquialização das CEBs e a clericalização das paróquias. As CEBs estão sendo usadas para segurar o povo na Igreja, numa perspectiva proselitista, já que o movimento pentecostal católico não logrou o resultado desejado. Dai o novo enfoque ou metodologia dos Círculos Bíblicos que usam indevidamente o método da Leitura Orante da Bíblia, contra a leitura popular das Escrituras; para apenas arrebanhar, frente o êxodo que aí está.

Essa crise se apresenta também no serviço social que fica na perspectiva caritativa assistencialista, sem o caráter transformador e sem a dimensão inclusiva eclesial. Assiste-se o pobre, mas não os fazem membros vivos das comunidades. Já o laicato é clericalizado enquanto o conjunto dos fiéis é infantilizado como massa de manobras. Mesmo clericalizado, o poder continua nas mãos do clero cabendo ao leigo apenas cooperar na missão. A decisão é do bispo, dos padres. Um retrocesso abominável que não os deixa “ter cheiro de ovelhas”. E, conseqüentemente a pastoral de conjunto caminha lenta e vivem-se as dores do preconceito e discriminação eclesiais.

As CEBs no mundo urbano periférico constituem de novo uma eclesiogênese:

- Igreja pobre, dos pobres com e para os mais pobres;
- Igreja ecumênica-comunional que compartilha com evangélicos a reflexão da Palavra e a caridade social;

- Igreja macro-ecumênica que integra com sabedoria a riqueza simbólica da afro-cultura para celebrar, alimentar e manifestar a genuína fé católica popular;
- Igreja alimentada pela Leitura Orante e Popular da Bíblia;
- Igreja toda ministerial porque todos participam da vida, missão e também das decisões da comunidade;
- Igreja da misericórdia que, como o Pai do filho pródigo traz pra dentro de casa os pecadores e lhes dá plena cidadania eclesial;
- Igreja profética que denuncia e cria estruturas de profecia para intervenção social pela vida;
- Igreja de protagonismo juvenil na formação da fé, da cidadania e nos projetos de defesa e promoção da vida;
- Igreja eucarística que celebra a gratuidade da presença e a gesta libertadora do Deus-Melhor Comunidade; e
- Igreja de muitas festas para cultivar a alegria da fé e a paz entre os irmãos.

Igreja: CEBs em saída!

Panorama Eclesial com o Papa Francisco¹

Francisco de Aquino Júnior²

Nossa pretensão, aqui, é provocar uma discussão sobre o panorama eclesial atual. Essa discussão é sempre necessária por *razões pastorais* e por *razões teológicas*: A Igreja é constantemente provocada a discernir nas situações e nos contextos em que vive as possibilidades e os caminhos de atuação pastoral e ver até que ponto essas possibilidades e esses caminhos são uma autêntica mediação de sua missão no mundo.

Essa discussão se torna particularmente relevante e necessária quando acontece algo novo que altera de modo significativo o panorama eclesial. E tanto em vista de compreender bem essa *novidade*: seu conteúdo, sua abrangência, suas possibilidades, seus limites etc. Quanto em vista de um *discernimento teológico* da mesma: até que ponto e em que medida essa novidade é um *kairós* para a Igreja, isto é, um tempo de graça, uma mediação privilegiada da salvação?

É o que o Concílio Vaticano II chama de “sinais dos tempos”, no duplo sentido que confere a essa expressão: “A Igreja deve em todas as épocas *perscrutar* os sinais dos tempos e *interpretá-los* à luz do Evangelho, para ser capaz de oferecer, de forma apropriada ao modo de ser de cada geração, resposta às grandes questões a respeito do sentido da vida presente e futura” (GS 4)³. Por um lado, “é preciso conhecer e compreender bem o mundo em que se vive, sua índole, muitas vezes dramática, suas expectativas e seus desejos” (GS 4). Por outro lado, é preciso “discernir nos acontecimentos, nas exigências e nas aspirações do nosso tempo [...] verdadeiros sinais da presença de Deus e de seus desígnios” (GS 11).

1 Este texto também está publicado em Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, n. 300, p. 990-1006, Out./Dez. de 2015.

2 Doutor em teologia pela WestfälischeWilhelms-Universität de Münster, Alemanha; professor de teologia na Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte – CE.

3 Sobre a expressão “sinais dos tempos” nos textos conciliares, cf. GS 4, 11, 44; PO9; UR 4; AA 14. Para um estudo mais amplo da problemática, cf. BOFF, Clodovis. *“Sinais dos Tempos”*: Princípios de leitura. São Paulo: Loyola, 1979.

Sem dúvida nenhuma, a renúncia de Bento XVI e a eleição de Francisco como bispo de Roma em 2013 representam uma novidade no panorama eclesial que exige reflexão e discernimento. É preciso compreender bem essa novidade, reconhecendo e identificando suas possibilidades e seus limites, discernindo o que ela tem de sinal/apelo de Deus para a Igreja e buscando as mediações necessárias para sua real efetivação e dinamização, de modo a não desperdiçar o tempo de graça que Deus nos oferece.

Para isso, faremos algumas considerações gerais sobre a problemática do panorama eclesial (I), destacaremos a novidade que representa Francisco no atual panorama eclesial (II) e indicaremos alguns apelos e desafios evangélicos que emergem deste panorama eclesial (III).

I – A PROBLEMÁTICA DO PANORAMA ECLESIAL

Está em jogo, aqui, a *situação atual* da Igreja: seu *dinamismo* (forças, tensões, hegemonia, resistências etc.) e suas *perspectivas* (direcionamento, possibilidades, limites etc.). Esta problemática pode ser explicitada e formulada de várias maneiras: conjuntura, modelo, cenário⁴, panorama.

Trata-se, em todo caso, de compreender e discernir a situação ou o momento atual da Igreja, enquanto processo histórico-teológico. *Histórico*, porque é fruto de apropriação de possibilidades (não surge do nada) e porque desencadeia processos (não está acabado nem se sabe onde vai chegar). *Teológico*, porque se realiza, consciente ou inconscientemente, em conformidade ou em oposição à realização histórica da salvação (mediação ou oposição salvífica).

Uma análise da conjuntura, do cenário ou do panorama eclesial não pode se reduzir à mera constatação de fatos, processos, dinamismos (se é que alguma análise de fato se reduz a isso...). Por mais importante e necessário que seja, isso é insuficiente para a Igreja. É preciso dar um passo a mais. A análise da conjuntura, do cenário ou do panorama eclesial tem que ser feita a partir e em vista da realização histórica da salvação ou do reinado de Deus neste mundo. Nunca é nem pode ser uma análise neutra, indiferente, desinteressada (se é que é possível...).

4 Cf. LIBANIO, João Batista. *Cenários de Igreja*. São Paulo: Loyola, 1999, 11-13.

É sempre uma análise interessada, comprometida, engajada... Trata-se, portanto, de uma análise da situação ou do momento atual da Igreja, mas uma análise feita a partir e em vista da missão da Igreja, isto é, da realização histórica da salvação ou do reinado de Deus no mundo.

Falaremos, aqui, da situação ou do momento atual da Igreja em termos de *panorama eclesial* e a partir da novidade que representa o novo bispo de Roma, o papa *Francisco*, na configuração e no dinamismo desse panorama.

1. Panorama eclesial

A expressão *panorama* (*pan* = total; *orama* = vista) indica primariamente uma visão ampla ou abrangente de um território, de uma paisagem, de uma cidade etc., vistos, normalmente, de um ponto de vista elevado e/ou distante. Ela foi cunhada na II metade do século XVIII pelo pintor irlandês Robert Barker para descrever suas pinturas panorâmicas de Edimburgo.

Transposta e aplicada à realidade eclesial atual, a expressão *panorama* indica uma visão ampla e abrangente da situação ou do momento atual da Igreja, considerada em sua totalidade e em sua complexidade, o que exige certo distanciamento crítico analítico-reflexivo.

A totalidade e complexidade eclesial dizem respeito tanto à pluralidade de sujeitos, interesses e forças na Igreja, quanto aos conflitos e às tensões entre esses sujeitos e essas forças, quanto ainda à hegemonia que vai se estabelecendo e se impondo na correlação de forças, bem como às resistências que vão se construindo e se consolidando.

Essa hegemonia e essa resistência têm um papel fundamental na configuração e consolidação ou na alteração do *panorama eclesial*, permitindo e justificando a abordagem, análise ou esboço do *panorama eclesial* a partir de um de seus elementos: força hegemônica ou força de resistência.

É importante lembrar que ao falar de *panorama eclesial*, estamos falando de algo histórico: dinâmico e processual, tenso e conflitivo, aberto e sempre possível de alteração. Além do mais, é bom não esquecer que não existe análise absolutamente neutra: “todo ponto

de vista é a vista a partir de um ponto”. Por mais objetiva que seja e deva ser, toda análise é marcada e condicionada pelo lugar e pelos interesses de quem a faz; tende a legitimar e favorecer determinados dinamismos e processos. Dai porque um mesmo fato ou panorama possa ser analisado de maneiras tão distintas e até contrárias.

2. A partir do papa Francisco

Embora um panorama eclesial seja uma realidade complexa (irredutível a qualquer de seus sujeitos, elementos, forças e dinamismos) e dinâmica (aberta, em construção, alterável), enquanto realidade histórica, ele é fruto da ação humana e pode ser alterado pela ação humana. Tem sempre a ver com apropriação e criação de determinadas possibilidades⁵.

Dizer que o panorama eclesial é fruto da ação humana não significa negar nem prescindir nem resvalar a ação de Deus; não tem nada de pelagianismo. Afinal, Deus age através das pessoas e dos acontecimentos históricos. E as pessoas podem, inclusive, decidirem-se contra Deus... Não há concorrência entre ação humana e ação divina. A iniciativa é sempre de Deus. Mas sua efetivação histórica passa pela adesão ou rejeição das pessoas. Deus respeita a liberdade humana; não destrói a obra de suas mãos.

E o fato de ser fruto da ação humana e poder ser alterado pela ação humana é que nos permite tratar de modo razoável do panorama eclesial a partir de um sujeito ou acontecimento determinado, sem negar nem prescindir da complexidade e mesmo ambiguidade de todo panorama eclesial.

Não todo sujeito ou acontecimento tem capacidade e condições de alterar significativamente um panorama eclesial. Mas há sujeitos – individuais (João XXIII, João Paulo II, Oscar Romero etc.) ou coletivos (CEBs, pentecostalismo etc.) – e acontecimentos (Vaticano II, Medellín etc.) que, por uma série de fatores e dinamismos, interferem decisivamente na configuração de um panorama eclesial.

5 Cf. ZUBIRI, Xavier. *Tres dimensiones del ser humano: individual, social, histórica*. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

Ainda é cedo para se afirmar que Francisco pode ser contado entre os sujeitos que alterará de maneira significativa o atual panorama eclesial. Em todo caso, não se pode negar que ele representa uma ruptura de estilo e de perspectiva com os dois últimos papas e que há uma série de fatores que permitem considerar Francisco como um desses sujeitos que poderá alterar de modo significativo o atual panorama eclesial:

- a) Se não se pode desconsiderar o papel e o peso das lideranças em qualquer organização social e em qualquer processo histórico, menos ainda pode-se fazê-lo em se tratando da Igreja católica, dada a tradição clerical que a configura e a caracteriza; tradição revigorada e reforçada nas últimas três décadas, não obstante as novas perspectivas abertas pelo Concílio Vaticano II;
- b) Tampouco, pode-se desconsiderar o lugar, a função e o peso que o bispo de Roma tem no conjunto da Igreja católica romana, marcada nos últimos séculos por um processo crescente de centralismo romano; processo relativizado pelo Concílio, mas retomado e reforçado nas últimas décadas;
- c) Não menos digno de nota é o indiscutível carisma pessoal de Francisco e sua capacidade de governo (diálogo, processos, pontes, consensos, determinação etc.) que, junto com seu testemunho de vida, lhe conferem grande autoridade e credibilidade, com um impacto muito positivo na sociedade;
- d) Sem falar que o dinamismo eclesial desencadeado pelo Concílio e por Medellín, embora sufocado e parcialmente domesticado nas últimas décadas, continua muito presente e latente em vários setores da Igreja e pode ganhar com Francisco nova força e novo vigor no conjunto da Igreja.

Mas há também uma série de fatores que obstaculizam e relativizam essa possibilidade de uma alteração significativa do atual panorama eclesial; fatores que não podem ser desconsiderados nem tratados como irrelevantes:

1. Tudo indica que o ministério de Francisco como bispo de Roma será breve e pode não ser suficiente para realizar e consolidar as mudanças necessárias. É verdade que o ministério de João XXIII

também foi muito curto, mas o suficiente para desencadear um processo de reformas profundas na Igreja; o “papa de transição” terminou sendo o papa que possibilitou uma verdadeira transição na Igreja. Mas isso é muito raro. É bom não esquecer que o estilo e a perspectiva de João Paulo II e de Bento XVI se consolidaram e se impuseram ao longo de três décadas;

2. Além do mais, “se suas palavras e gestos se mantiverem como expressões e vivências de uma só pessoa, por mais que ele seja o papa, e não penetrarem, de cima a baixo, em todos os escalões eclesiásticos, seu pontificado será, pouco a pouco, ‘domesticado’”⁶. E não basta uma reforma na Cúria romana. “A Igreja não se reforma radicalmente pelo simples fato de reformar a cúria vaticana, seus dicastérios e seus cargos de governo. Isso, obviamente, é necessário. Porém, não esqueçamos que a Igreja não é a cúria”⁷;
3. Sem falar que há muita resistência (silenciosa, mas operante) à perspectiva e ao estilo de Francisco na Cúria romana, nas instâncias de governo (bispos, padres), entre os candidatos ao ministério presbiteral e em muitos grupos. Podemos até falar, aqui, de uma espécie de “cisma branco”, isto é, “um silêncio indiferente sem protestos”⁸, semelhante ao que se deu nas últimas décadas, sobretudo em temas de moral, entre as orientações do magistério da Igreja e a prática comum dos cristãos;
4. Por fim, uma questão que sempre se levanta é se e até que ponto Francisco conseguirá levar adiante e regulamentar, inclusive juridicamente, um real processo de descentralização eclesial; processo indicado e inaugurado pelo Concílio, mas sufocado e reprimido nos anos pós-conciliares.

6 VIDAL, José Manuel – BASTANTE, Jesús. “As mudanças (presentes e futuras) da primavera de Francisco”. IN: SILVA, José Maria da (Org.). *Papa Francisco: Perspectivas e expectativas de um papado*. Petrópolis: Vozes, 2014, 99-110, aqui 105.

7 CASTILHO, José Maria. “O papa Francisco e o futuro da Igreja Católica mundial”. In: SILVA, José Maria da. *Op. cit.*, 111-120, aqui, 115.

8 LIBANIO, João Batista. “Concílio Vaticano II. Os anos que se seguiram”. In: LORSCHIEDER, Aloísio *et al.* Vaticano II: 40 anos depois. São Paulo: Paulus, 2005, 71-78, aqui 80; Cf. JAMES, Carlos. “Análise de conjuntura religioso eclesial: Por onde andam as forças”. *Perspectiva Teológica* 29 (1996) 157-182, aqui 173.

Como se vê, a questão da possibilidade de uma alteração significativa do atual panorama eclesial como o novo bispo de Roma é uma questão aberta e em disputa. É, sem dúvida, uma possibilidade real. Mas uma possibilidade que encontra muitas resistências e pode ser sufocada e/ou domesticada. Em todo caso, convém considerar os principais traços ou as principais características de seu ministério pastoral; traços ou características que poderão se consolidar ou que serão sufocados.

II – A NOVIDADE QUE REPRESENTA FRANCISCO

Certamente, Francisco representa uma novidade no atual panorama eclesial. Mas uma novidade que tem suas raízes no processo eclesial conciliar e pós-conciliar, particularmente em seu dinamismo latino-americano. Em boa medida, ele retoma e atualiza a tradição eclesial que vem do Concílio e da conferência de Medellín.

Não seria exagerado afirmar que Francisco realiza uma *síntese peculiar* das intuições e orientações teológico-pastorais do Concílio Vaticano II e da Igreja Latino-americana. *Síntese*, porque se trata, na verdade, de retomada e rearticulação das intuições e orientações fundamentais do Concílio e da caminhada eclesial latino-americana; não é algo absolutamente novo. *Peculiar*, pelo modo próprio de retomada e articulação, fruto, em boa medida, de sua experiência pastoral e que se materializa nos gestos, nos acentos, na linguagem, nas mediações cultural-religiosas etc.

O Documento da Aparecida, do qual foi um dos principais redatores, pode ser tomado como um primeiro esboço dessa síntese. Mas ela encontra sua elaboração mais acabada, ainda que aberta e em processo de elaboração, na sua Exortação Apostólica *Alegria do Evangelho*, com a qual quer “indicar caminhos para o percurso da Igreja nos próximos anos” (EG1)⁹.

Esta síntese parece ser estruturada em torno de duas questões fundamentais que se implicam e se remetem mutuamente e que dizem respeito à *missão* e à *organização* da Igreja. Explicitemos melhor a questão.

9 PAPA FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*: Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013.

Por um lado, Francisco tem repetido muito que a Igreja não existe para si nem pode estar centrada em si mesma. Ela existe para a missão e sua missão consiste em “tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG 176), particularmente nas “periferias” sociais e existenciais do nosso mundo. Daí seu alerta constante contra essa “doença espiritual” que é o “autocentramento” ou a “autoreferencialidade” da Igreja (EG 93-97)¹⁰ e sua insistência constante na centralidade dos pobres e de todos as pessoas que sofrem na Igreja que, aliás, deve ser “pobre e para os pobres” (EG 198)¹¹: “Prefiro uma Igreja acidentada e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias estruturas. [...] Mais que o temor de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: ‘Dai-lhes vós mesmos de comer’” (EG 49).

Por outro lado, ele tem recordado e reafirmado constantemente que a Igreja é o “povo de Deus” e que todos, como “discípulos-missionários” de Jesus Cristo, devem assumir a tarefa evangelizadora. Além do mais, tem falado muito sobre a necessidade de “conversão pastoral” ou mesmo de “reforma” na Igreja. Neste contexto, Francisco tem retomado uma série de temas ou questões que emergiram no Concílio e que dizem respeito à estrutura e organização da Igreja; temas ou questões que não só não foram resolvidas e normalizadas, mas que foram sufocadas e até mesmo se tornaram assunto-tabu na Igreja nas últimas décadas: Igreja como povo de Deus; colegialidade episcopal; estatuto teológico e jurídico das conferências episcopais; primado do bispo de Roma; função, organização e funcionamento da cúria romana; lugar e participação da mulher na Igreja; estrutura paroquial; instancias de participação na Igreja, dentre outros. Tudo isso em vista de maior fidelidade à sua identidade, vocação e missão.

Sem dúvida nenhuma, as reformas são importantes e necessárias.

10 Cf. GAETA, Severino. *Papa Francisco: A vida e os desafios*. São Paulo: Paulus, 2013, 28, 42.

11 Cf. AQUINO JÚNIOR, Francisco de. “Uma Igreja pobre e para os pobres”. *Convergência* 472 (2014) 349-365.

Mas são importantes e necessárias precisamente em vista da missão de anunciar e tornar realidade o reinado de Deus neste mundo, cuja característica mais importante é a misericórdia e a justiça aos pobres, oprimidos e sofredores¹². E aqui está a fonte e o coração da novidade que representa Francisco para a vida e missão da Igreja hoje: uma volta ao evangelho do Reino, o que significa uma volta aos pobres, oprimidos e sofredores deste mundo. Ao voltar-se para os pobres e sofredores e ao colocá-los no centro de suas preocupações pastorais, Francisco desencadeia um processo de “conversão” e “reforma” evangélicas da Igreja, o que significa, na prática, “uma profunda mudança de agenda, isto é, daquilo que é tido como essencial e primordial na tarefa evangelizadora”¹³: a “misericórdia de Deus” e o “primado da caridade e da justiça” na missão evangelizadora da Igreja¹⁴.

Mas não nos iludamos. Este é um processo extremamente complexo e difícil, um processo que depende do conjunto da Igreja e que já está encontrando e vai encontrar muito mais resistência dentro e fora da Igreja. Dentro da Igreja porque os interesses e privilégios institucionais tendem a se sobrepor às exigências do Reino, porque a “psicologia de príncipe” e o “clericalismo”¹⁵ dos que presidem a Igreja são muito mais fortes e têm raízes muito mais profundas do que parece e porque o devocionismo e o sacramentalismo são mais determinantes da vida da Igreja que a fé como seguimento de Jesus Cristo. Fora da Igreja por causa da indiferença social que caracteriza nossa cultura e porque, como dizia dom Helder Câmara, os poderes deste mundo toleram e

12 “Vejo com clareza que aquilo de que a Igreja mais precisa hoje é a capacidade de curar feridas e aquecer o coração dos fiéis, a proximidade. [...] As reformas organizativas e estruturais são secundárias, isto é, vêm depois. A primeira reforma deve ser a da atitude” (SPADARO, Antonio. *Entrevista exclusiva do papa Francisco*. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013, 19s).

13 ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. “A dimensão social da *EvangeliiGaudium*”. In: AMADO, Joel Portela – FERNANDES, Leonardo Agostini (orgs.). *EvangeliiGaudium em questão: aspectos bíblicos, teológicos e pastorais*. São Paulo: Paulinas; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014, 227-234, aqui 227.

14 *Ibidem*, 228.

15 PAPA FRANCISCO. *Palavras do Papa Francisco no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2013, 141s, 146; PAPA FRANCISCO. *A Igreja da misericórdia: minha visão para a Igreja*. São Paulo: Paralela, 2014, 71s.

até admiram “obras de misericórdia”, mas reagem sempre contra os que lutam pela justiça: “Se dou comida aos pobres me chama de santo, se pergunto porque são pobres me chamam de comunista”. E as centenas de mártires na América Latina estão para confirmar... O próprio Francisco já foi chamado de comunista por defender os direitos dos pobres frente ao sistema capitalista dominante¹⁶.

III – DESAFIOS E TAREFAS

Conforme indicamos acima, o processo de renovação eclesial desencadeado por Francisco é um processo aberto e em disputa. Pode dar muitos frutos ou pode ser domesticado e abortado. Francisco tem um papel fundamental nesse processo, mas não depende só dele. Temos que colaborar. Há um conjunto de desafios e tarefas que exigem de nós compromisso, ousadia e criatividade em vista de sua efetivação e dinamização; alguns de ordem pastoral, outros de ordem teológica.

Falamos, aqui, de desafios e tarefas pastorais e desafios e tarefas teológicas. Certamente eles não se opõem, mas se implicam mutuamente. Mas enquanto os desafios e tarefas pastorais dizem respeito mais diretamente à atuação e organização da Igreja, os desafios e tarefas teológicas dizem respeito mais diretamente à elaboração e justificação teóricas da missão e organização da Igreja.

1. Desafios e tarefas pastorais

Os desafios e as tarefas pastorais dizem respeito tanto à missão quanto à organização da Igreja; sendo que a organização da Igreja deve estar a serviço da missão e deve, de alguma maneira, ser sinal e mediação da vida nova Cristo Jesus.

16 Em seu primeiro encontro com os movimentos populares em outubro de 2014 em Roma, falando sobre terra, casa e trabalho, Francisco afirma: “É estranho, mas se falo disto para alguns, o papa é comunista. Não compreendem que o amor pelos pobres está no centro do evangelho. Terra, casa e trabalho, aquilo pelo que lutais, são direitos sagrados. Exigi-lo não é estranho, é a doutrina social da Igreja” (*Discurso do Papa Francisco aos participantes do Encontro Mundial dos Movimentos Populares*. Brasília: Edições CNBB, 2015, 7s).

a) Consideremos, antes de tudo, os desafios e as tarefas concernentes à *missão da Igreja*. Eles dizem respeito fundamentalmente à dimensão missionária da Igreja que não existe para si, mas para a missão ou, para sermos mais precisos, que é essencialmente missão. Falar de missão é falar de um processo/dinamismo permanente de saída/êxodo, e saída/êxodo para as “periferias” sociais existenciais do nosso mundo. E aqui se explica a insistência de Francisco na necessidade e urgência de um processo radical de des-centramento da Igreja¹⁷. Ele o formula nos termos de “Igreja em saída” (EG 20ss, 48s) para as “periferias” do mundo (EG 20). É preciso sair, não para qualquer lugar nem para disputar fiéis com outras Igrejas ou religiões; sair para os lugares onde há dor, sofrimento, miséria, opressão, injustiça e sair para tornar realidade a boa notícia do reinado de Deus: “Cada cristão e cada comunidade há de discernir qual é o caminho que o Senhor lhe pede, mas todos somos convidados a aceitar esta chamada: sair da própria comodidade e ter a coragem de alcançar todas as periferias que precisam da luz do Evangelho” (EG 20); “Não devem subsistir dúvida nem explicações que debilitem esta mensagem claríssima. Hoje e sempre ‘os pobres são os destinatários privilegiados do Evangelho’ e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um nexos ou vínculo indissolúvel entre nossa fé e os pobres” (EG 48).

Isso significa e implica, como indicamos acima, uma verdadeira “mudança de agenda” na Igreja que deve ser dinamizada e estruturada não a partir e em função de si mesma, mas a partir e em função de sua missão que é ser sinal e instrumento da misericórdia de Deus para a humanidade sofredora. Infelizmente, a maioria de nossas comunidades, paróquias e dioceses vivem em função de si mesmas, giram em torno do próprio umbigo, quase completamente indiferentes “às alegrias e às tristezas, às angústias e às esperanças dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem” (GS1). O tema da missão até mobiliza, desde que entendido como “recuperação” ou “conversão” dos “desviados” ou “perdidos”. “Igreja em saída”, pode ser; para as “periferias”, nem tanto... Basta ver os grupos que existem, as atividades que realizam, os assuntos

17 Cf. TORRALBA, Francesc. “Sair de si mesmo: o movimento irrenunciável”. In: SILVA, José Maria da (org.). *Op. cit.*, 84-98.

que discutem, os eventos que mobilizam e realizam, em que gastam mais energia e em que investem o dinheiro arrecadado... E, como prova de fogo, basta ver o cuidado, a dedicação, o serviço e a defesa dos direitos dos pobres, marginalizados e sofredores em nessas comunidades, paróquias, dioceses...

Mas aqui está o cerne do processo de renovação ou reforma eclesial desencadeado por Francisco: “Igreja em saída” para as “periferias”. Isso deve perpassar e dinamizar todas as dimensões e instâncias da Igreja: a catequese, a liturgia, o serviço da caridade e o conjunto das ações pastorais e evangelizadoras. Sem isso, qualquer mudança de estrutura ou organização da Igreja, mais cedo ou mais tarde, torna-se estéril. Afinal de contas, vale a insistência, ela não existe para si mesma...

b) Com relação aos desafios e às tarefas concernentes à *organização da Igreja*, como temos insistido, eles só fazem sentido em função da missão da Igreja, tendo, portanto, uma importância secundária, por mais necessários e urgentes que sejam (cf. EG 26, 27): “toda renovação eclesial na Igreja há de ter como alvo a missão, para não cair vítima de uma espécie de introversão eclesial” (EG 27). Grosso modo, eles podem ser agrupados ou resumidos em três pontos fundamentais que dizem respeito respectivamente à dimensão comunitária e missionária da fé, à conversão pastoral e à descentralização da Igreja, mediante estruturas de comunhão e participação.

Em primeiro lugar, a *dimensão comunitária e missionária da fé*. A fé é algo que se vive em comunidade e que nos descentra de nós mesmos na direção do outro, especialmente do “caído à beira do caminho”. A comunidade eclesial não é algo secundário e opcional na vivência da fé nem é algo que existe em função de si mesma. É preciso e urgente animar e fortalecer as comunidades existentes e criar novas comunidades como lugar de oração, de vida fraterna e de compromisso com os pobres; a comunidade é o útero da fé, o lugar onde a fé é gestada e nutrida. Mas é preciso e urgente, também e, sobretudo, descentrar a comunidade dela mesma na direção das “periferias sociais e existenciais” do nosso mundo, sair das sacristias e dos templos; o mundo sofredor (os calvários) é o lugar natural da Igreja e de sua missão. E essa missão é tarefa de toda a comunidade eclesial (EG 111-134).

Frente a tendências subjetivistas e individualistas da fé (eu e *meu* deus), há que se insistir na dimensão comunitária da fé e na importância da comunidade na vivência da fé (crer como Igreja e em Igreja). E frente a tendências devocionais e eclesiocêntricas da fé (devoção, culto, doutrina, estatísticas), há que se insistir na dimensão missionária da fé, dinamizada pela caridade: fé que atua pela caridade (compaixão, misericórdia, justiça). Tudo isso implica, na prática, em priorizar o fortalecimento e a criação de comunidades e em dinamizar a vida dessas comunidades a partir e em função dos problemas e das necessidades da humanidade sofredora (cf. EG 36-37, 78).

Em segundo lugar, a *conversão pastoral*: estruturas, costumes, linguagens (EG 25, 27, 33, 43). “Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que a autopreservação” (EG 27). Há uma quantidade de formulações doutrinárias, de costumes, de normas ou preceitos que, por mais legítimos que sejam e por mais importantes que tenham sido em determinados momentos e contextos da vida da Igreja, nem fazem parte da “substância” da fé (EG 41), nem são mais interpretados da mesma maneira que no passado, nem “prestam [mais] o mesmo serviço à transmissão da fé” – “já não têm a mesma força educativa como canais de vida” (EG 43). Sem falar de certos costumes e práticas pastorais locais... “Não tenhamos medo de revê-los” (EG 43). Absoluto, só Deus! Não nos conformemos com “uma pastoral de mera conservação” (EG 15)...

Aqui não há receita nem lugar para uniformidade. Depende muito do contexto, da situação, dos desafios, dos limites e das possibilidades de atuação. É preciso muita ousadia e criatividade (EG 33). Em todo caso, insiste Francisco, “mais que o medo de falhar, espero que nos mova o medo de nos encerrarmos nas estruturas que nos dão uma falsa proteção, nas normas que nos transformam em juízes implacáveis, nos hábitos em que nos sentimos tranquilos, enquanto lá fora há uma multidão faminta e Jesus repete-nos sem cessar: ‘Dai-lhes vós mesmos de comer’ [Mc 6,37]” (EG 49).

Em terceiro lugar, a *descentralização da Igreja*, mediante estruturas que possibilitem e favoreçam a comunhão e a participação de todos¹⁸: “Sinto a necessidade de proceder a uma salutar ‘descentralização’” (EG 16). E o próprio Francisco indica uma série de mecanismos que devem ser dinamizados e aperfeiçoados em vista de uma maior participação e corresponsabilidade na vida da Igreja. Trata-se de “estimular e procurar o amadurecimento dos organismos de participação propostos pelo Código de Direito Canônico e de outras formas de diálogo pastoral” (EG 31). Dentre estes organismos e mecanismo de participação, merecem destaque: 1) os conselhos de pastoral e de assuntos econômicos como “espaços reais para a participação laical na consulta, organização e planejamento pastoral”¹⁹, 2) o fortalecimento das Conferências Episcopais como expressão e mediação privilegiadas da colegialidade episcopal – “sujeitos de atribuições concretas, incluindo alguma autêntica autoridade doutrinal” (EG32)²⁰, 3) a reforma da Cúria romana

18 “Apesar das resistências, a reforma do papado e a reforma da cúria são tarefas relativamente fáceis para Francisco. A tarefa realmente difícil e quase hercúlea é a reorganização da Igreja globalmente como instituição. Ou seja, abandonar a Igreja monárquico-imperial para passar a uma Igreja comunitária, colegial e corresponsável. Voltar à Igreja do Concílio” (VIDAL, José Manuel – BASTANTE, Jesús. *Op. cit.*, 104s).

19 PAPA FRANCISCO. “Encontro com a comissão de coordenação do CELAM no Centro de Estudos do Sumaré”. In: *Palavras do Papa Francisco no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2013, 131-147, aqui 136.

20 A propósito da Exortação pós-sinodal sobre a evangelização: “Penso, aliás, que não se deve esperar do magistério papal uma palavra definitiva ou completa sobre todas as questões que dizem respeito à Igreja e ao mundo. Não convém que o papa substitua os episcopados locais no discernimento de todas as problemáticas que sobressaem nos seus territórios. Neste sentido sinto a necessidade de proceder a uma salutar ‘descentralização’” (AE, 16). A propósito da renovação eclesial: “O Concílio Vaticano II afirmou que, à semelhança das antigas Igrejas patriarcais, as conferências episcopais podem ‘aportar uma contribuição múltipla e fecunda, para que o sentimento colegial leve a aplicações concretas’. Mas este desejo não se realizou plenamente, porque ainda não foi suficientemente explicitado um estatuto das conferências episcopais que as considere como sujeitos de atribuições concretas, incluindo alguma autêntica autoridade doutrinal. Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e a sua dimensão missionária” (AE, 32). Diferentemente da posição do Cardeal Ratzinger, quando prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, para quem “as conferências episcopais não possuem uma base teológica, não fazem parte da estrutura indispensável da Igreja, assim como querida por Cristo: têm somente uma

e seus dicastérios como “mecanismo de ajuda” às Igrejas particulares e às Conferências episcopais – “mediadores, nem intermediários nem gestores”²¹, e 4) a “conversão do papado” numa direção mais colegial, a partir das conferências episcopais (EG 16, 32).

De fato, “uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e sua dinâmica missionária” (EG 32). E acaba comprometendo sua própria identidade que, antes de tudo e acima de tudo, é comunidade, comunhão de irmãos. Daqui brota a necessidade e urgência de cultivarmos e promovermos, com base na igualdade fundamental batismal-crismal-eucarística de todo povo de Deus, a comunhão, a participação e a corresponsabilidade eclesial de todos, sem que isso comprometa ou negue os muitos carismas e ministérios que são sempre carismas e ministérios da Igreja e a serviço de sua missão evangelizadora. Urge, portanto, potencializar e/ou criar e dinamizar as assembleias e conselhos pastorais nas várias instâncias eclesiais e as conferências e sínodos episcopais, como instâncias reais de participação eclesial e não como meras estruturas formais e burocráticas.

2. Desafios e tarefas teológicas

Sem dúvida, os desafios pastorais são também desafios teológicos: devem ser pensados teologicamente e a teologia deve estar sempre, direta ou indiretamente, a serviço da pastoral. Mas há alguns desafios que dizem respeito mais especificamente ao fazer teórico-teológico enquanto tal que, se não forem compreendidos e assumidos de

função prática, concreta”; “nenhuma Conferência Episcopal tem, enquanto tal, uma missão de ensino: seus documentos não têm valor específico, mas o valor do consenso que lhes é atribuído pelos bispos individualmente” (RATZINGER, J. – MESSORI, V. *A fé em crise?* O Cardeal Ratzinger se interroga. São Paulo: EPU, 1985, 40s).

21 “Os dicastérios romanos estão a serviço do Papa e dos bispos: devem ajudar tanto as Igrejas particulares como as Conferências episcopais. São mecanismos de ajuda. Em alguns casos, quando não são bem entendidos, correm o risco, pelo contrário, de se tornarem organismos de censura. É impressionante ver as denúncias que chegam a Roma. Creio que os casos devem ser estudados pelas Conferências Episcopais locais, às quais pode chegar uma válida ajuda de Roma. De fato, tratam-se melhor os casos no local. Os dicastérios romanos são mediadores, nem intermediários nem gestores” (Entrevista exclusiva do papa Francisco ao Pe. Antônio Spadaro. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013, 23s).

modo consciente e consequente, acabam comprometendo o caráter e a função pastoral-ecclesial da teologia e transformando ou reduzindo a teologia a mera erudição ou especulação abstrata estéril e inoperante.

Em carta enviada ao cardeal-arcebispo de Buenos Aires, Mario Poli, no dia 3 de março de 2015, por ocasião dos 100 anos da Faculdade de Teologia na Universidade Católica Argentina, Francisco indica, de modo claro e direto, alguns desafios que dizem respeito à teologia, ao fazer teológico e aos teólogos²². Certamente, ele não entra, aqui, em questões de ordem estritamente técnico-metodológicas do fazer teológico, nem muito menos na problematização, explicitação e formulação de seus pressupostos epistemológicos. Não é sua tarefa nem sua competência. Mas toca, com linguagem pastoral, em questões que são cruciais para a teologia e para o que-fazer teológico.

Começa falando do Concílio Vaticano II que “foi uma atualização, uma releitura do Evangelho na perspectiva da cultura contemporânea”, que “produziu um movimento irreversível de renovação que provém do Evangelho” e que “é preciso ir em frente”. E, neste contexto, passa a falar da teologia – de seu ensino e de seu estudo, de seu lugar e de sua função – e do teólogo:

- “Ensinar e estudar teologia significa viver numa fronteira na qual o Evangelho se encontra com as necessidades das pessoas. [...] Devemos evitar uma teologia que se esgota na disputa acadêmica ou que olha para a humanidade [a partir] de um castelo de vidro”. A teologia deve estar “radicada e fundada na Revelação, na Tradição”, mas deve “também” acompanhar “os processos culturais e sociais, em particular as transições difíceis” e os “conflitos”: “não só os que experimentamos na Igreja, mas também os relativos ao mundo e que são vividos nas ruas da América Latina”. E exorta: “Não vos contenteis com uma teologia de escritório. O vosso lugar de reflexão sejam as fronteiras. E não cedeis à tentação de as ornamentar, perfumar, consertar nem domesticar. Até os bons teólogos, como os bons pastores, têm o odor do povo e da rua e, com sua reflexão, derramam azeite e vinho sobre as feridas dos homens”;

22 Texto disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2015/documents/papa-francesco_20150303_lettera-universita-cattolica-argentina.html.

- “A teologia seja expressão de uma Igreja que é ‘hospital de campo’, que vive sua missão de salvação e cura do mundo. A misericórdia não é só uma atitude pastoral, mas a própria substância do Evangelho de Jesus. Encorajo-vos a estudar como refletir nas várias disciplinas – dogmática, moral, espiritualidade, direito etc. – a centralidade da misericórdia. Sem misericórdia, a nossa teologia, o nosso direito, a nossa pastoral correm o risco de desmoronar na mesquinhez burocrática ou na ideologia que por sua natureza quer domesticar o mistério”;

- O estudante de teologia não deve ser “um teólogo de ‘museu’ que acumula dados e informações sobre a revelação sem contudo saber verdadeiramente o que fazer deles, nem um observador da história”; deve ser “uma pessoa capaz de construir humanidade ao seu redor, de transmitir a divina verdade cristã em dimensão deveras humana, e não um intelectual sem talento, um eticista sem bondade nem um burocrata do sagrado”.

São questões que dizem respeito ao lugar (fronteiras/periferias), ao conteúdo (misericórdia) e à função (salvação do mundo) da teologia, bem como à identidade do teólogo (inserido na história, acompanhando o povo e seus processos, com cheiro do povo e de rua, cuidando das feridas etc.) e, enquanto tais, questões fundamentais e decisivas para a teologia, para o fazer teológico e para a comunidade teológica²³.

Levar a sério esses desafios e essas tarefas teológico-pastorais, assumindo-os e encarregando-se deles, é condição e mediação necessárias para que o movimento de renovação ou reforma eclesial

23 Também em sua Carta Encíclica *Laudato si* sobre *O cuidado com a casa comum*, no início do primeiro capítulo que trata do que está acontecendo com a nossa casa, Francisco adverte que “as reflexões teológicas ou filosóficas sobre a situação da humanidade e do mundo podem soar como uma mensagem repetida e vazia, se não forem apresentadas novamente a partir de um confronto com o contexto atual no que este tem de inédito para a história da humanidade”. Por isso, afirma, “antes de reconhecer como a fé traz novas motivações e exigências perante o mundo de que fazemos parte, proponho que nos detenhamos brevemente a considerar o que está acontecendo com a nossa casa comum” (LS 17). É que a teologia não é apenas uma *teoria da fé* mais ou menos correta e adequada a ser decorada e repetida a modo de catecismo, mas também e sempre um *serviço à fé*, uma convicção que orienta e motiva a ação dos cristãos no mundo, sendo sempre de novo confrontada e reelaborada nos contextos e nas circunstâncias em que a fé é vivida.

desencadeado por Francisco possa se consolidar e produzir frutos. Como insistimos ao longo desta reflexão, não se sabe nem se pode prever até onde vai esse movimento. Depende muito do poder de convencimento, mobilização e articulação de Francisco. Mas depende também de nós. Não desperdicemos este tempo de graça que o Senhor nos concede. Abrindo-nos à ação do Espírito e deixando-nos conduzir e dinamizar por Ele, em comunhão com Francisco (de Assis e de Roma), façamos tudo que estiver ao nosso alcance para que nossas comunidades se tornem cada vez mais “Igreja em saída” para as “periferias do mundo”. E, assim, sejam sempre mais sinal e mediação do reinado de fraternidade, de justiça e de paz inaugurado por Jesus de Nazaré.

A Igreja e as CEBs no Pontificado de Francisco

Sérgio Ricardo Coutinho¹

Muito já se escreveu sobre o significado deste ainda breve pontificado do Papa Francisco. Mas vamos procurar aqui direcionar nossa reflexão para os objetivos deste encontro sobre as CEBs no Brasil.

O ponto de partida desta reflexão será o próprio nome escolhido pelo novo Pontífice: Francisco. O nome diz muito pois ele significa uma total descontinuidade/ruptura com o que era tradicional na Igreja, pois dar sequência a um nome de um Papa anterior significa que tem por ele, e seu projeto eclesiológico, uma referência. Assim, poderíamos ter tido alguém que escolhesse Bento XVII, ou João Paulo III, ou ainda Paulo VII, João XXIV, Pio XIII, Leão XIV, só para ficar nos papas dos últimos 130 anos. Mas nada disso aconteceu.

Uma charge em um jornal católico norte-americano talvez expresse melhor esta descontinuidade que estamos nos referindo com a eleição do papa Francisco.



1 Leigo, casado com Patrícia e tem 4 filhos. Mestre (UnB) e Doutor (UFG) em História Social, é professor de Formação Política e Econômica do Brasil no Curso de Serviço Social no Centro Universitário IESB e de História da Igreja no Instituto São Boaventura dos Franciscanos Conventuais, ambos em Brasília. Foi assessor do Setor CEBs da CNBB de 2005 a 2014.

A charge² mostra os últimos 6 papas, percorrendo 74 anos de história, mostrando suas diferentes compreensões da história (suas historicidades): alguns numa situação de “pause” (é quando estamos assistindo a um filme em nosso aparelho de DVD e precisamos interrompê-lo) causado ou pela incerteza de qual caminho seguir após às “nuvens de turbulência” do pós-Vaticano II (Paulo VI), ou pelo pouquíssimo tempo de pontificado que nada pôde apresentar (João Paulo I); outros preocupados em preservar a “identidade católica” ameaçada pela secularização e modernidade, preferiram se fixar no passado e desejando voltar até ele (“rewind” no aparelho de DVD); e dois deles (João XXIII e Francisco) que trouxeram para a Igreja um “horizonte de expectativas” futuras a partir do encontro e do diálogo com a modernidade, num olhar positivo para frente (“foward”).

Deste modo, só o nome “Francisco” nos faz remeter para os seguintes temas de um “horizonte de expectativas”:

- a) Reforma da Igreja, talvez o que vai ser o mais lento e mais difícil empreendimento deste pontificado;
- b) Os Pobres;
- c) A Ecologia;
- d) O Diálogo Ecumênico e Inter-religioso;
- e) Vida Apostólica (estilo de vida como “menor” e “enviado” ao mundo).

Vamos nos fixar aqui mais na Reforma da Igreja, por meio de dois movimentos já iniciados: em direção ao “aparelho burocrático central” (Cúria Romana) e para desmontar o eclesiocentrismo do Projeto de Nova Evangelização levado à cabo por João Paulo II e Bento XVI nestes últimos 35 anos.

Para o primeiro movimento, Francisco achou necessário constituir um grupo “supra-curial” (o chamado C-9) para trabalhar na reforma da Cúria.

2 O Irmão Leo, irmão franciscano e personagem das charges de Pat Marrin que acompanha o papa Francisco, diz que alguns papas estão olhando para frente (João XXIII e o próprio Francisco), outros olhando para Francisco (Paulo VI e João Paulo I) e outros olhando para trás (Pio XII, João Paulo II e Bento XVI) e Francisco responde que “tudo depende em qual direção pretende seguir” (Publicado em 02/06/2015: <http://ncronline.org/feature-series/francis-comic-strip?page=3>).

Os resultados ainda são tímidos, mas não menos importantes. E após o discurso de Francisco para os Cardeais nas vésperas do Natal de 2014, onde apontou as 15 “doenças curiais”, as resistências internas só aumentaram.

A primeira tarefa foi a reorganização do Instituto das Obras Religiosas, conhecido por Banco do Vaticano. Além dele, criou um Pontifício Conselho para a proteção das crianças abusadas sexualmente por membros do clero. Talvez a mais importante delas seja a convocação de um Sínodo em duas etapas, sobre a Família, optando por uma ampla consulta às bases católicas de todo o mundo. Aqui não está somente a temática como algo importante, mas também o método empregado retomando a prática antiga da sinodalidade.

No segundo movimento, Francisco substitui o Projeto de Nova Evangelização e propõe a universalização do Documento de Aparecida, ou seja, pede uma conversão pastoral do modelo eclesiológico até então vigente: de uma Igreja auto-referencial, doente, por uma Igreja em saída, simultaneamente acidentada (isto é, missionária) e “hospital de campanha” (misericordiosa). O paradoxo é apenas aparente (como uma Igreja acidentada pode ser hospital?), mas Francisco aposta numa Igreja que corra riscos e que não tenha medo de entrar no mundo por meio do diálogo.

Um projeto de Igreja em saída, em direção às periferias geográficas e existenciais para tocar e acolher a carne de Cristo: os pobres, os jovens, os idosos, a família, os imigrantes, os trabalhadores, os camponeses, os sem teto, sem trabalho e sem-terra (os três Ts).

Queria me concentrar agora mais aqui neste ponto de minha reflexão. Para que este projeto aconteça, Francisco espera uma conversão pastoral de seus pastores. Tem apelado para a sensibilidade evangélica do clero por meio de gestos e palavras.

A palavra-símbolo deste projeto é “cheiro de ovelhas” e o gesto-símbolo é o “abraço” (tocar, abaixar, beijar). Como modelos de pastores estão o papa João XXIII (canonizado por ele no mesmo dia de João Paulo II) e a beatificação de Dom Oscar Romero, como também sua admiração pelos co-irmãos jesuítas Pe. Rutilio Grande (El Salvador) e Pe. Luiz Espinal (Bolívia).

Em outra tirinha cômica³ do jornal National Catholic Report, o chargista expressa bem este modelo eclesiológico de Francisco. Mostra Francisco, em sonho, recebendo a visita de D. Oscar Romero e Pe. Rutilio Grande e afirmando que em breve eles seriam reconhecidos como mártires. D. Oscar Romero, por sua vez, apresenta que por trás deles ainda existem mais de 75 mil outros martirizados só em El Salvador. E Francisco conclui a cena dizendo: “Bem-vinda Igreja dos Pobres”.



Mas fica ainda a questão: como fazer com que uma grande maioria de pastores, forjados pelo modelo eclesiocêntrico-burocrático, adquiram o “cheiro de ovelhas”? Há, de fato, por parte do clero um desejo de conversão pastoral?

Em relação aos leigos, Francisco chama atenção para a tentação do “clericalismo” e a clericalização do laicato. Principais motivos que tem levado a cair nestas tentações:

- a) Falta de maturidade laical;
- b) Falta de liberdade cristã.

Proposta de Francisco para superar isso:

- a) Valorização da fé popular do “santo povo fiel de Deus” (o católico enquanto povo);
- b) As Comunidades Eclesiais de Base;
- c) Os Grupos de Reflexão Bíblica;
- d) Os Conselhos Pastorais.

3 Publicado em 10/02/2015 no <http://nronline.org/feature-series/francis-comic-strip?page=7>.

Estes quatro elementos podem nos servir de um guia para uma boa avaliação de como andam e/ou como podemos atuar melhor em nossas comunidades.

Voltando aos pastores, me parece muito pertinente neste momento fazer a mesma pergunta que o historiador francês Alain Besançon faz em um livro recém-publicado: será que a inteligência abandonou a Igreja latina? Em livro recente, Besançon quer entender o motivo pelo qual diminuiu, nas hierarquias eclesiais que representam publicamente o ponto de vista da Igreja, a capacidade de compreender os problemas do mundo em que vivem.

Afirma ainda que, embora ainda sejam muitos os eclesiais que “se mantém atualizados” hoje, entre eles, “a energia criativa se torna rara”.

Refazendo os acontecimentos históricos, numa abordagem diacrônica de longa duração, Besançon chega ao pós-Concílio de Trento e o fenômeno que ele apresenta para aquele momento serve perfeitamente para o que ocorreu nos últimos 35 anos.

Aqui vou parafraseá-lo: o movimento da *devotio* pós-moderna, onde a vontade intimista tende a prevalecer sobre a razão, começou a influenciar a religiosidade popular: vive-se na emoção que leva a se voltar mais à oração do que ao estudo dos textos sagrados (ex.: a Leitura Orante da Bíblia em detrimento da Leitura Popular da Bíblia)⁴.

O culto é reorientado aos sacramentos, especialmente para a Eucaristia, mas a Bíblia perde terreno.

Todos estes procedimentos tiveram o efeito de tornar estéril o pensamento, especialmente nos seminários e em todos os locais de formação de sacerdotes. E é justamente destes espaços que saem os quadros do episcopado.

A esse efeito, acrescenta-se o de uma progressiva centralização, uma fidelidade à doutrina escolástica, isto é, uma opção por uma teologia mais especulativa que por uma teologia narrativa. E a censura.

As diferenças que animavam a inteligência foram orientadas para a uniformidade, que induziu à sonolência. E, consequentemente,

4 Nota da organizadora: A referência a esta oposição causou um acalorado debate após a exposição do autor.

aconteceu que todo o povo cristão acabou se limitando à tarefa de conservar a fé, contentando-se com o ensinamento catequético.

O pensamento católico “se protegeu do debate, por medo, isolamento, incompreensão”. Para tentar captar isto que Besançon analisa, resolvi fazer um rápido levantamento, mas que valeria um estudo mais atento.

Resolvi fazer um rápido levantamento de artigos publicados pelos bispos brasileiros na *home page* da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O levantamento foi feito entre os dias 27/05/2015 a 24/07/2015, ou seja, entre a Beatificação de D. Oscar Romero e o retorno da viagem do Papa Francisco a três países da América do Sul (Paraguai, Bolívia e Equador), ocasião em que o papa participou de um segundo encontro internacional com representantes de movimentos populares. Foram analisados 146 artigos e agrupados em quatorze temáticas.

Os quatro primeiros assuntos mais comentados pelos bispos foram, pela ordem, a Encíclica *Laudato si'* (18,5%), Espiritualidade (16,4%), Santos e Devoções (15,7%) e o comentários sobre o Evangelho do Domingo (12%). Os temas mais *ad intra* (comentário do Evangelho, Santos/devoções e Espiritualidade) somaram 44,5% dos artigos e temas mais sociais, como a *Laudato si'*, Questão Social e Ideologia de Gênero, somaram 37%. Foi encontrado apenas um único artigo sobre D. Oscar Romero e nenhum sobre os Movimentos populares.

Os bispos que mais escreveram foram, pela ordem, D. Orani Tempesta (Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro) com 26 artigos (17,8%) e D. Roberto da Paz, bispo de Campos dos Goytacases (RJ) com 14 artigos (9,6%). Outros arcebispos se destacaram como D. Odilo Scherer (São Paulo), D. Alberto Taveira (Belém do Pará) e D. Walmor Oliveira (Belo Horizonte) com 9 artigos cada um, além de dois bispos, D. Fernando Rifan (Administração São João Maria Vianney de Campos) e D. Demétrio Valentim (Jales - SP), também com os mesmos números de artigos.

O que estes números querem dizer e o que nós das CEBs temos a ver com tudo isso.

Em primeiro lugar, penso que vivemos um tempo *kairótico* importantíssimo diante deste pontificado. Muito pouca gente acreditaria que alguma mudança pudesse vir de cima e de um papado.

No entanto, o que vemos no Brasil, seja em nossas comunidades, seja entre o clero, uma certa inércia. Por um lado, as CEBs e as Pastorais Sociais, animadíssimas com os discursos e gestos do papa, mas sem ainda capitalizar para si um movimento de retomada da legitimidade de suas práticas na Igreja. Por outro lado, junto ao clero e aos bispos, um nítido movimento de resistência, uma espécie de “vamos esperar, pois logo ele irá embora e retomaremos nossas velhas práticas”.

O levantamento dos artigos confirma a tese de Besançon de que as autoridades eclesiásticas não querem mais pensar os grandes temas da contemporaneidade, apesar dos claros sinais do Papa Francisco nas suas homilias e discursos feitos em suas últimas viagens. Discursos marcado pela profecia, denunciando o sistema econômico que mata e destrói a natureza, e anunciando a misericórdia de Deus para todas as pessoas, indiscriminadamente.

Os bispos do Brasil continuam com suas cabeças modeladas pelos últimos 35 anos e persistem numa leitura “espiritualizante” da realidade, perdendo muito o caráter profético de anos passados.

Caberá às CEBs seguirem a sugestão do papa Francisco para sair deste forte processo de auto-referencialidade e de clericalização, apostando mais ainda naqueles três elementos indicados por ele: a religiosidade popular, os grupos de reflexão bíblica e os conselhos pastorais.

CEB hoje: movimento ou base da Igreja católica?

Pedro A. Ribeiro de Oliveira¹

Notícia publicada na página da CNBB, durante o 13º Encontro Intereclesial de CEBs, referia-se a elas como “movimento eclesial que tem por carisma a opção pelos pobres” (cito de memória). Interpelado, o assessor da CNBB explicou que era um equívoco do setor de comunicação e logo depois essa expressão foi retirada da internet. Lembro esse fato para assinalar que muita gente entende as CEBs como grupos de um movimento eclesial que, à semelhança de outros movimentos, congrega pessoas a partir de um mesmo caminho espiritual. A isso deve-se contrapor não apenas a prática das CEBs como o Documento nº 25, de 1982, no qual a CNBB explicita seu entendimento sobre elas. Após uma ampla análise e muitas considerações teológico-pastorais, diz a CNBB:

Isso não quer dizer, porém, que as CEBs sejam um novo movimento de leigos. A CEB não é um movimento, é nova forma de ser Igreja. É a primeira célula do grande organismo eclesial ou, como diz Medellín, “a célula inicial de estruturação eclesial”. Como Igreja, a CEB guarda as características fundamentais que Cristo quis dar à comunidade eclesial. A CEB é uma maneira nova de realizar a mesma comunidade eclesial que é o Corpo de Cristo. Por isso mesmo, o ministério pastoral ou hierárquico faz parte da CEB (#79).

Esse documento parece ter sido deixado de lado por muitos bispos e presbíteros porque não se coaduna ao projeto de *restauração identitária* que recebeu o Concílio Ecumênico do Vaticano II na hermenêutica de continuidade com a eclesiologia tridentina. Devido a sua ênfase na revitalização da paróquia como “comunidade de comunidades”, as CEBs só cabem dentro dela ao adotarem a forma de “pequenas comunidades” para – juntamente com as “novas comunidades” de movimentos eclesiais e os grupos das antigas associações católicas – compor sua complexa organização.

1 Pedro A. Ribeiro de Oliveira é Doutor em Sociologia. Membro de Iser Assessoria e da Coordenação do Movimento Fé e Política. Professor aposentado da UFJF e da PUC Minas.

Muitas CEBs reagiram contra esse processo de integração paroquial e tentaram manter sua forma original de “primeira célula do grande organismo eclesial”, mas contra elas pesaram as normas canônicas, que não reconhecem sua autonomia. O resultado é que elas só sobreviveram em sua forma original onde tiveram o apoio da autoridade eclesiástica local – o bispo ou o pároco – ou em locais isolados, não atingidos pelo processo de revitalização paroquial.

Nessa conjuntura, as CEBs continuam a promover encontros intereclesiais que celebram sua ação transformadora na sociedade e sua abertura macroecumênica, mas que não favorecem a análise crítica da realidade vivida no seu dia-a-dia. Suspeito que muitas delas tenham se transformado numa espécie de Movimento espiritual cujo carisma é a leitura popular da Bíblia e a Teologia da Libertação.

Diante desse quadro, proponho a **refundação das CEBs**, ou seja, a recuperação de seus fundamentos: a celebração comunitária do culto dominical, a centralidade da Palavra de Deus, a coordenação colegiada e leiga e a ação transformadora na sociedade. Vejamos mais de perto cada um desses pontos.

Fundamentos das CEBs

A Igreja católica está estruturada sobre a base **territorial** (a diocese com suas paróquias). Essa estrutura é dinamizada por grupos cuja missão ou carisma extrapola os limites territoriais (como são a vida religiosa consagrada e os diversos Movimentos espirituais ou beneficentes). Por isso, se as CEBs se entendem como **estrutura** – uma *nova forma de ser Igreja* – e não como um **movimento** de revitalização paroquial elas requerem a dimensão territorial. Consequentemente, a Comunidade Eclesial de Base deve ser entendida como o conjunto de moradores e moradoras de um mesmo território² de pequeno tamanho (aldeia,

2 Território não é somente espaço físico: é a porção de espaço (incluindo terra, águas e ar) sobre a qual um grupo exerce domínio e constrói suas relações sociais e com o ambiente. Nele se dão as relações políticas, econômicas, culturais e ambientais por meio das quais um grupo humano define sua identidade. O território está na base da construção da memória e do imaginário que fazem a identidade histórica do grupo humano. O mais evidente é o território de uma nação, povo ou tribo com limites reconhecidos por seus vizinhos, mas pode ser também o território de uma gangue, a área de atuação de uma empresa ou de uma igreja. O conceito aplica-se também a

bairro, cidade, vila, área rural) que, se identificando como cristãos e cristãs de confissão católica, se reúnem aos domingos (de preferência) para celebrar a presença de Jesus ressuscitado por meio da partilha da Palavra e da Eucaristia.

A partir dessa definição devemos considerar o que a experiência das CEBs na segunda metade do século 20 revelou trazer bons resultados, para assim fazer sua **refundação** tendo em vista a realidade do século 21.

A **espiritualidade bíblica** é a condição primeira para a vitalidade da comunidade, pois a mesa da Palavra só produzirá frutos na vida se a comunidade for fiel ao Evangelho. O estudo bíblico e a reflexão sobre a Bíblia na vida (p.ex., círculos bíblicos, grupos de reflexão) devem ser condição indispensável para quem participa da coordenação da comunidade e de modo especial de quem conduz as celebrações. Na medida do possível, todos os membros da comunidade deveriam de algum modo participar das atividades de estudo e reflexão para desenvolverem a espiritualidade bíblica.

A **atividade transformadora no mundo** é decorrência necessária da autêntica espiritualidade bíblica, pois estudo e reflexão bíblica que não impulsionem a ação transformadora revelam uma interpretação deficiente do texto bíblico, como o fundamentalismo ou o subjetivismo. A ação transformadora pode se dar em diferentes campos de atividade: movimentos sociais, políticos, ecológicos, sindicais, de bairro, de defesa de Direitos Humanos, de grupos étnicos etc. O importante é que para os membros da CEB o Evangelho seja o fundamento último do seu projeto de transformação do mundo.

A **coordenação partilhada** é a forma própria da CEB organizar a pastoral de conjunto na medida em que a pessoa responsável por uma pastoral ou grupo específico – liturgia, catequese, grupos de jovens, de casais, de visita a enfermos etc – participa também da coordenação da comunidade. O conselho pastoral é a instância de decisão da comunidade e seus membros devem representar todas as forças vivas da comunidade. A ele se submete a equipe de coordenadores e coordenadoras, que devem se revezar no cargo depois de certo tempo.

outras espécies: p.ex., certos mamíferos que delimitam seu território com o odor de sua urina. Este conceito precisa ser mais trabalhado, especialmente no contexto urbano que só aparentemente suprime a territorialidade (Revisitar a obra de Milton Santos).

A **eclesialidade** expressa-se por meio dos laços de comunhão com outras instâncias eclesiais que fazem da Comunidade Eclesial de Base o grupo básico da Igreja universal. Esses laços de comunhão devem ser internos à própria igreja e também ecumênicos.

Cada comunidade deve entender-se como parte de uma grande rede de comunidades que é o Povo de Deus. Em sua forma **católico-romana**, ele se corporifica na pessoa do bispo que tem a atribuição de confirmar as comunidades na fé. A atual estrutura paroquial deve ser simples instância de serviços às comunidades (p.ex. para a formação catequistas, liturgistas, biblistas, animadores e animadoras) e espaço de reunião para as comunidades ou seus delegados por ocasião das grandes festas, assembleias e encontros. Quando o presbítero ou o bispo visita a comunidade, deve presidir a celebração em sinal de comunhão eclesial com o/a ministro/a local.

Por ser parte do grande Povo de Deus, toda comunidade deve abrir-se à participação de pessoas de outra confissão (cristã) ou tradição religiosa (não-cristã) que também se identifique como parte do Povo de Deus. Essa abertura **ecumênica** implica sua acolhida nas atividades e nas celebrações da comunidade. No caso das celebrações, elas devem ser realizadas de tal modo a não causar ofensa às crenças e práticas dos visitantes, mas tampouco esvaziar tanto os rituais que eles percam a identidade religiosa e se tornem encenações ou rituais destituídos de simbolismo sagrado.

Conclusão

Prefiro falar de **refundação** das CEBS, isto é, voltar a seus fundamentos (sem que sejam alterados os seus significados) porque não vejo razão para mudar os significados de *comunidade*, de *eclesial* e de *base*.

Essa proposta implica a retomada da eclesiologia do documento 25 – As Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil – e a rejeição da transformação das CEBs numa espécie de Movimento eclesial. A conjuntura eclesial atual, com Francisco incentivando uma Igreja *em saída* é favorável a essa proposta, mas isso não significa que ela tenha aceitação imediata, posto que contraria o caráter clerical do modelo tridentino ainda em vigor.

Perspectivas para as CEBs no atual cenário socioeclesial

Solange S. Rodrigues¹

Para que possamos discutir as perspectivas para as CEBs no Brasil na atualidade, é preciso situar esta reflexão no cenário socioeclesial mais amplo em que elas estão envolvidas. Os textos que precedem este artigo tratam das contradições do intenso processo de urbanização por que passou a sociedade brasileira nas últimas décadas (Raquel Rolnik), de algumas experiências eclesiais nas cidades brasileiras (Ana Maria de Freitas, Neuza Mafra e Medoro Oliveira), do impacto do papado de Francisco sobre a igreja católica no Brasil (Francisco de Aquino Júnior e Sérgio Ricardo Coutinho). O significado das CEBs na estrutura eclesial foi discutido por Pedro A. Ribeiro de Oliveira. Desejo trazer outros aspectos para nossa reflexão coletiva.

1) As CEBs e os diferentes contextos socioeclesiais

As CEBs são fruto de um determinado contexto sociopolítico e eclesial. Na década de sessenta do século XX nosso país e outros da América Latina enfrentaram ditaduras, com regressão da democracia. Do ponto de vista econômico, os países do continente buscavam vencer o subdesenvolvimento, mas aos poucos aumentava a percepção de que a pobreza no continente era resultante das relações estabelecidas entre países centrais e economias periféricas, provocando dependência. Trata-se, portanto, de um contexto negativo.

Do ponto de vista eclesial, ao contrário, vivíamos a primavera conciliar, com suas inovações no campo litúrgico, bíblico, com uma compreensão mais positiva do mundo moderno, retomada da concepção de Igreja como Povo de Deus, e de repercussões no continente, expressas na Conferência do Episcopado em Medellín. Um cenário de abertura, inovação, positivo. As CEBs emergem neste cenário contraditório, sendo consideradas como um novo modo de ser Igreja.

¹ Socióloga, membro da equipe de Iser Assessoria desde 1986. Mestre em Sociologia pela UFRJ, 1997, com a dissertação: Comunidades eclesiais de base: interfaces entre religião, política e produção do conhecimento.

Nas décadas seguintes a experiência das CEBs foi disseminada por todas as regiões de nosso país. Elas adquiriram legitimidade eclesial, com o apoio de uma parcela significativa dos agentes responsáveis pela evangelização: leigos e leigas, clérigos, comunidades de vida religiosa inseridas nos meios populares. As orientações e documentos da CNBB eram favoráveis a esta forma de presença da igreja na sociedade. Na década de 80 ganhou amplitude o movimento pela redemocratização, e várias conquistas foram efetivas: a expansão dos movimentos sociais no campo e na cidade, a anistia aos perseguidos políticos, as reformulação partidária, eleições livres, eleição de um presidente civil pelo Congresso após 20 anos de presidentes militares, uma nova constituição foi elaborada, culminado com eleições diretas para presidente da república no final da década. E membros das CEBs estiveram envolvidos em todas estas mobilizações.

No âmbito eclesial iniciava-se o ciclo de regressão frente às inovações conciliares - que perdurou por quase 35 anos durante os pontificados de João Paulo II e Bento XVI² - e suas conhecidas repercussões sobre a Igreja católica no Brasil. Em muitas regiões as CEBs foram absorvidas na estrutura paroquial, sem a transformar, deixaram de ser novidade, foram institucionalizadas, o carisma foi rotinizado (Max Weber). É neste contexto que em muitas dioceses as CEBs perderam apoios fundamentais, seja pela nomeação de novos bispos ou por uma mudança de atitude dos antigos; se ressentem da perda de acompanhamento de agentes antes comprometidos com elas, pelas transferências de padres e religiosos/as e precisam disputar espaço com outras organizações religiosas, dentro e fora da instituição católica. Novamente trata-se de um contexto contraditório, às avessas: de abertura, do ponto-de-vista sociopolítico, e de fechamento, na dimensão religiosa. Aí se começa a falar em crise das CEBs, e elas passam a ser referidas como uma forma de ser igreja, ao lado de outras “pequenas comunidades”.

Em que contexto as CEBs se situam na atualidade? No que diz respeito à dimensão sociopolítica, após um período de conquistas socioeconômicas, com redução do índice de pobreza e conquistas

2 Em 2015 comemoramos os 50 anos do encerramento do Concílio Vaticano II. Na maior parte deste período, todavia, a tendência geral das determinações advindas de Roma se colocou na direção oposta às decisões conciliares.

na afirmação de direitos de alguns segmentos sociais, como as mulheres, a população afrodescendente, grupos LGBT, vivemos uma situação de crise política e de perda de legitimidade dos agentes políticos, em virtude das denúncias de corrupção e do mau uso dos recursos públicos; de aprofundamento do conservadorismo, com ameaças a direitos adquiridos; de crise econômica que tende a se aprofundar com o ajuste fiscal, com sério risco de perda das conquistas recentes; de impactos profundos na vida das cidades que abrigam 84% da população; de catástrofes ambientais; de perda de horizonte utópico.

Do ponto-de-vista eclesial, é preciso assinalar a imensa variedade de contextos em que as CEBs estão inseridas: se em algumas regiões, dioceses elas vivem de fato uma crise, em outras situações elas experimentam uma reanimação e estão expandindo sua ação junto aos pobres, como Pe. Medoro Oliveira nos relatou em sua exposição sobre a cidade de Três Rios (RJ). Também podemos observar os frutos semeados pelas CEBs, como a Rede DLIS, na região do Grande Bom Jardim, em Fortaleza (CE), experiência apresentada por Ana Maria de Freitas. Mas também há situações como a que nos foi descrita por Neuza Mafra, da organização dos catadores e catadoras de recicláveis em Criciúma (SC), com apoio da Cáritas, mas que permanecem invisíveis para as CEBs da região.

O grande acontecimento da conjuntura eclesial recente foi, sem dúvidas, a eleição do papa Francisco em 2013. Ele tem surpreendido a todos, com seus gestos, atitudes, declarações e escritos, nos quais reafirma a centralidade dos pobres, a prática da misericórdia, a sinodalidade, o cuidado com a Casa Comum. As diferentes reações no Brasil de autoridades eclesiais ao estilo e às ideias do papa foram tratadas com profundidade em outros artigos deste caderno.

Francisco explicitou seu apoio às CEBs, tanto no discurso aos bispos do CELAM durante sua viagem ao Brasil em 2013, como na carta enviada aos/às participantes do 13º Interclesial, no ano seguinte. Considerando o conjunto de igrejas locais, a CNBB e outros organismos eclesiais nas suas interrelações com o ensinamento do papa, as CEBs vivem múltiplas situações: permanecem como célula fundamental da ação pastoral, elemento estrutural em poucas

dioceses; em outras fazem parte da dinâmica pastoral, como mais um elemento, ao lado de outras formas organizativas; ou constituem pequenos grupos que resistem, praticamente sem apoio, em um entorno absolutamente desfavorável.

As CEBs no contexto urbano-metropolitano

Uma das questões que tem sido discutida é se as CEBs são viáveis no mundo urbano, já que segundo o último recenseamento geral (2010) 84% da população brasileira está nas cidades. Por mais que as CEBs estejam muito associadas ao meio rural no imaginário coletivo, é importante ressaltar desde suas origens elas foram criadas e se expandiram também em grandes cidades, como atestam as histórias das arquidioceses de Vitória, de São Paulo, de Fortaleza, das dioceses de Nova Iguaçu e de Barra do Piraí-Volta Redonda, para ficar em alguns exemplos. Estas comunidades foram se espalhando pelas periferias das cidades e seus membros participaram ativamente das lutas pelo direito à cidade, como assinalou a professora Raquel Rolnik em sua conferência.

Nestas e em outras experiências, as CEBs se sustentaram nos laços de vizinhança que unem seus membros. Tanto que a dimensão territorial tem sido apontada como constitutiva das CEBs. As transformações da vida nas grandes cidades têm fragilizado as relações de vizinhança, uma vez que as dificuldades no âmbito da mobilidade urbana fazem com que as pessoas passem cada vez menos tempo em seus locais de moradia: saem muito cedo de casa para as atividades de trabalho e estudo, retornam muito tarde, e quando estão em casa privilegiam o cuidado com a família e a casa, o repouso, ou o lazer no espaço doméstico. Nos últimos tempos também aumentou a participação das mulheres no mundo do trabalho, e a dupla jornada de trabalho das mulheres não favorece a convivência entre vizinhas. As novas tecnologias de informação e comunicação possibilitam o intercâmbio mais estreito com pessoas que estão fisicamente afastadas. É uma situação recorrente que os vizinhos de uma mesma rua ou de um edifício mal conheçam os nomes uns dos outros. Por outro lado, são cada vez frequentes os grupos que se formam por afinidade: pessoas que trabalham ou

estudam juntas, que praticam algum esporte tendem a estabelecer vínculos de amizade e convivência, buscando estar juntas mesmo fora destas atividades. Tudo isso impacta uma forma de organização eclesial baseada na vizinhança. Tanto que entre as lideranças das CEBs nas grandes cidades é cada vez mais freqüente a presença de pessoas aposentadas.

Existem também algumas experiências de comunidades e de grupos de oração que reúnem pessoas que moram distante umas das outras, e que se encontram para rezar, para fazer partilha da vida, para alguma ação social coletiva. Algumas delas são formadas por adultos jovens (com mais de 30 anos), egressos da Pastoral da Juventude, ou por profissionais com mais idade, pessoas que se identificam com a perspectiva da Igreja dos Pobres, com a Teologia da Libertação, algumas não pertencem às classes populares, mas aos segmentos médios. Em alguns destes grupos se faz o Ofício Divino das Comunidades, retiros. Alguns grupos contam com a participação ou apoio de sacerdotes ou religiosos, vez por outra a eucaristia é celebrada, faz-se a preparação e celebração do batismo dos filhos. Esta situação suscita questões: a identidade em torno da vizinhança é essencial em uma CEB? Seria possível considerar estas experiências como a das comunidades eclesiais de base? Como estas experiências poderiam ser integradas formalmente em uma igreja local, comunidade de comunidades? Por outro lado, alguns destes grupos preferem não ter nenhum vínculo institucional.

Outra questão ainda mais provocativa: uma forma privilegiada de organização que a Igreja católica na América Latina encontrou na segunda metade do século passado para viver o seguimento de Jesus foram as CEBs. Como afirmou Hermínia Boudens, as CEBs não são fim em si mesmas. Elas são Igreja e, portanto, sua missão é evangelizar. E Frei Flávio Guerra assinalou que o mais importante não é a Igreja, mas levar adiante a Boa Nova anunciada por Jesus: o Reino de Deus.

2) CEBs e culturas urbanas

No contexto deste seminário, seria importante refletir sobre a relação das CEBs com a cultura urbana. Em primeiro lugar é preciso explicitar o

que aqui está sendo chamado de cultura. No âmbito das Ciências Sociais entendemos cultura como o conjunto de ideias, comportamentos, costumes, valores morais, símbolos e práticas sociais, transmitidos de geração em geração através da vida em sociedade, que marcam os modos de sentir, de pensar e de agir das pessoas.

Uma cultura não é estática, ela está em constante mudança de acordo com os acontecimentos vividos por seus integrantes. Valores que possuíam força no passado se enfraquecem no novo contexto vivido pelas novas gerações, a depender das novas necessidades que surgem, pois o mundo social também não é estático.

Numa realidade complexa como o mundo urbano, não se pode falar em cultura, no singular, pois existem modos muito diferenciados de sentir, de pensar e de agir compartilhados por determinados grupos sociais. A diversidade cultural é um fato em nossa realidade globalizada. Ou seja, diversas culturas convivem no espaço das cidades. Por isso, é preferível falar em culturas urbanas, no plural: a cultura Hip Hop, a cultura nordestina, a cultura dos habitantes de uma determinada região da cidade, de um grupo religioso... Neste sentido, pode-se dizer que as CEBs constituem uma das culturas que convivem nas cidades.

As diversas culturas entram em contato, o que pode modificar alguns de seus aspectos, pois uma cultura absorve ou adota certos elementos de outra neste convívio. Os meios de comunicação, em especial as novas tecnologias de informação e comunicação também possibilitam a disseminação de idéias, costumes, formas de agir, que ultrapassam fronteiras territoriais, sociais. Desse modo, algumas pessoas afirmam que há uma homogeneização, fazendo com que “a” cultura urbana chegue a todas as regiões do país. Embora concorde que elementos das culturas urbanas sejam apreendidos por outras culturas existentes em todas as regiões do país, penso que em vez de uma homogeneização, este contato presencial ou virtual entre culturas diferentes acelera a diversificação cultural, na medida em que ocorrem trocas, e nenhuma cultura deixa de existir, embora sejam continuamente transformadas. É neste sentido que se pode dizer que no mundo urbano metropolitano há lugar para a cultura das CEBs.

3) As CEBs e as classes médias

Há algum tempo tem-se levantado a questão da mudança na composição social das CEBs, em especial a partir do perfil dos/as participantes dos Intereclesiais. Seus membros estariam mais vinculados aos segmentos médios da população que às classes populares? Aqui há várias questões a refletir, desde os mecanismos que levam à escolha das delegações dos Regionais até os ganhos de renda da população mais pobre nos últimos anos. As delegações praticamente excluem pessoas que não podem se ausentar dos compromissos de trabalho por vários dias, trabalhadores/as informais, sem garantias trabalhistas, que não têm a possibilidade de compatibilizar os encontros com o período de férias. Além disso, a presença significativa nos Intereclesiais de religiosas/os, clérigos que não podem ser considerados como vinculados às classes populares (uma vez que a classe média não é caracterizada apenas por um determinado patamar de rendimentos, mas é definida também pela maior escolaridade, por acesso à informação, por capital cultural etc.) estabelece distorções no perfil social dos participantes. Assim, os Intereclesiais não espelham totalmente a extração de classe dos membros das CEBs. Por outro lado, há um grande número de profissionais de classe média, professores/as, assessores/as, que se identificam com o universo da Igreja dos Pobres e que muitas vezes vão aos Intereclesiais, como convidados, observadores, ou integram as equipes de serviço, ou mesmo nas delegações.

Tudo isso nos leva a pensar sobre o lugar dos segmentos médios nas CEBs. Ora, sempre houve pessoas destas classes junto às CEBs, em especial entre os agentes de pastoral, colaborando na articulação e na formação. O importante é verificar como estas pessoas se colocam junto às CEBs: são parceiros/as, companheiros/as de caminhada, nas lutas pela justiça? Há que se evitar o risco sempre presente de dirigismo, e apostar na complementaridade, na troca de saberes e no aprendizado mútuo, no fazer em conjunto. Como fortalecer os laços das CEBs com estes sujeitos, e com outros, que perseguem os mesmos objetivos na afirmação dos direitos? Por fim, caberia perguntar: seria possível formar CEBs com pessoas das classes médias?

Na reflexão sobre as perspectivas para as CEBs no atual contexto socioeclesial é importante destacar que, para além da diversidade de situações das CEBs em nosso país, existem olhares diferenciados sobre esta realidade. Algumas pessoas têm defendido a idéia de que seria preciso refundar as CEBs, lançá-las novamente como proposta, como foi feito no pós-Concílio.

Isso remete à proposta de refundação de partidos políticos de esquerda europeia, em crise nas últimas décadas do século passado. E também de algumas ordens e congregações religiosas que têm utilizado o termo refundação, diante de uma profunda crise de vocações, e buscam se adequar a uma realidade diversa daquela em que foram criadas, em geral, em contextos socioculturais e históricos muito diversos do qual vivemos atualmente. Assim, pretendem retomar o carisma de suas origens. Ora algumas dessas congregações têm cinco séculos de existência. As CEBs mais antigas vão chegando aos 50 anos. É necessário refundá-las? Outros sustentam que seria preciso ressignificar as CEBs, buscar um novo significado, já que vivemos em outro contexto socioeclesial. Elas teriam perdido seu significado original?

É fundamental REANIMAR, REVITALIZAR as CEBs, fortalecê-las, neste contexto eclesial contraditório, em que elas são confirmadas pelo papa Francisco, mas recebem questionamentos em diversos âmbitos eclesiais. E esta é uma de nossas principais tarefas, como assessores e assessoras, e em um contexto social que tende a se agravar nos próximos anos.

Para isso é preciso aprofundar a vivência de uma espiritualidade libertadora, reafirmar a opção pelos empobrecidos, investir na formação de novos animadores e animadoras. E estreitar os laços com quem partilha dessas concepções com as CEBs – pastorais sociais, movimentos sociais, pessoas de outras tradições religiosas e sem religião, que buscam o BEM de todos e todas. Assim, as CEBs, pequeno rebanho, caminhantes contra a corrente, poderão contribuir para REENCANTAR o mundo.

Convergência de três olhares – Síntese do Seminário

*Frei Flávio Guerra,
Monica Muggler e
Roberto Rossi¹*

Os desafios do mundo urbano são grandes e complexos. Os desafios eclesiais também o são. No entanto, a perspectiva das CEBs, nesse contexto, é esperançosa porque pautada na proposta do Reino de Deus e nas intuições eclesiológicas do Vaticano II, retomadas pelo papa Francisco.

Nesse momento, o fundamental é colocar no centro a missão das CEBs e usar as mediações na medida em que são instrumentos necessários/eficazes para a realização da missão.

I. Novas fronteiras

1. O mundo urbano – a cidade

- realidade complexa: rica em possibilidades, plural, marcada por ambiguidades: também violenta, intolerante, desigual, excludente, segregadora; caracterizada pela transitoriedade, pelo consumismo e individualismo; lugar e não lugar do anonimato e da indiferença, dos migrantes, das populações pobres e excluídas, do tráfico de drogas.
- modelo urbano brasileiro é excludente e, paradoxalmente, inclui sem incluir.
- o mercado imobiliário das cidades brasileiras é controlado pelos interesses econômicos e políticos das empreiteiras e do sistema financeiro nacional e internacional.
- ocupação do solo urbano: necessidade de afirmar a perspectiva socioambiental da cidade.
- Necessidade de refletir sobre o direito à cidade e ao espaço público de qualidade como lugar de experiências, de vivências e de disputas democráticas por direitos (políticas públicas).

1 Com complementos dos/as participantes do seminário.

2. A quem encontramos nessas novas fronteiras

- As juventudes: escutar, conhecer, conviver, aprender delas.
- As populações empobrecidas e excluídas.
- As mulheres.
- Organizações populares, pastorais sociais, outras igrejas.

3. Emergência dos novos direitos e novos sujeitos políticos

4. Novas linguagens: internet, redes sociais, aplicativos de socialização, mundo da imagem, constituição de novas expressões culturais de socialização (virtuais e presenciais).

II. Intuições

- Reencantar/revitalizar as CEBs.
- Rever princípios norteadores e metodológicos.
- Pensar e vivenciar uma espiritualidade profunda que dialogue com as complexas realidades urbanas, numa perspectiva bíblica que alicerce experiências de fé transformadoras, libertadoras, proféticas, bem como o encontro pessoal (intimidade e o silêncio) e comunitário com Jesus de Nazaré.
- Valorizar a riqueza das expressões religiosas populares.
- Propor um projeto sociopolítico de nação que se contraponha ao projeto neoliberal das forças do mercado que tudo mercantiliza, que espolia os povos e países.
- Focalizar a perspectiva da solidariedade, da vida fraterna, de uma nova visão de sociedade e de ser humano, de reconstrução de relações comunitárias, (macro)ecumênica, ecológica, da compaixão e da misericórdia, da escuta dos clamores dos sofredores, do compromisso com as lutas por direitos.
- Articular mística, presença, testemunho e profecia.
- Reafirmar a centralidade dos pobres e da prática da justiça.

III. Inquietações

- Resiliência: teimosia sadia e criativa para manter a esperança.
- Estamos em processo de busca.
- Clericalismo e uma Igreja autocentrada.
- Estamos como ovelhas sem pastor.
- Uma Igreja em saída: para onde? com quem? em favor de quem?

IV. Afirmações

- Considerar que somos uma minoria teológica e eclesiológica.
- Não somos a única expressão profética do Reino.
- Buscar a construção de convergências de ideias (consensos).
- Não perder o espírito, o carisma e a identidade das CEBs nesse contexto contemporâneo.
- Igreja pobre e dos pobres: centralidade dos pobres e das minorias e do seguimento radical de Jesus de Nazaré.

V. Perguntas (estabelecer a criação de consensos)

- As CEBs ainda são comunidades de base?
- É possível constituir comunidades no mundo urbano contemporâneo, complexo e plural?
- O que queremos que sejam as CEBs no contexto atual e no seio da Igreja institucional, das paróquias? Quais são as perspectivas?
- Qual é o projeto pastoral das CEBs?

VI. Lacunas

Ausência da discussão sociopolítica na perspectiva da construção de outro mundo possível.

VII. Pistas de ação

- Processo consistente de formação de animadores e animadoras.
- Aproveitar o Kairós eclesial atual para visibilizar e implementar as intuições eclesiológicas de Francisco inspiradas no Concílio Vaticano II e em Medellín.
- Retornar às bases (com novas metodologias).
- Valorizar as experiências exitosas de vivência comunitária.

VIII. Mediações

- Revigorar os grupos de reflexão bíblica.
- Provocar a implementação dos conselhos pastorais.
- Comissão Ampliada Nacional e equipes regionais como espaços de animação.
- Diálogo e parceria com as pastorais sociais, com os movimentos e organizações populares para assumir conjuntamente as causas dos pobres.

IX. Eixos estruturantes

- Espiritualidade/mística libertadora e de seguimento de Jesus de Nazaré.
- Retorno às bases.
- Formação de animadores, em uma perspectiva teológica e bíblica, considerando a centralidade da Palavra de Deus na experiência das comunidades.
- Centralidade dos pobres e da prática justiça social.
- Eclesiologia participativa, comunitária, ministerial, laical, ecumênica (Vaticano II).
- Incorporação das juventudes e outros atores sociais na caminhada das CEBs.
- Abraçar o cuidado da casa comum que é também cuidar dos frágeis do mundo.

Este livro foi composto na tipologia
Calibri em corpo 11/14 e impresso
em papel 75g/m² pela Gráfica GraVida.